

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

ADRIELLY CRISTINA DE GODOI SILVA

**HISTÓRIA DO UNIFORME ESCOLAR: A PRODUÇÃO SOCIAL DO
ALUNO (MARINGÁ- 1999-2006)**

ADRIELLY CRISTINA DE GODOI SILVA MEIRELES

**MARINGÁ
2020**

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DO UNIFORME ESCOLAR: A PRODUÇÃO SOCIAL DO
ALUNO (MARINGÁ - 1999-2006)**

ADRIELLY CRISTINA DE GODOI SILVA MEIRELES

**MARINGÁ
2020**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**HISTÓRIA DO UNIFORME ESCOLAR: A PRODUÇÃO SOCIAL DO ALUNO
(MARINGÁ- 1999-2006)**

Dissertação apresentada por ADRIELLY CRISTINA DE GODOI SILVA MEIRELES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a. EDNÉIA REGINA ROSSI

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M514h

Meireles, Adrielly Cristina de Godoi Silva

História do uniforme escolar : a produção social do aluno (Maringá- 1999-2006) / Adrielly Cristina de Godoi Silva Meireles. -- Maringá, PR, 2020.
116 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ednéia Regina Rossi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. História da cultura escolar. 2. Produção social do aluno. 3. Cultura material . 4. Uniforme escolar e moda . I. Rossi, Ednéia Regina , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 370

ADRIELLY CRISTINA DE GODOI SILVA MEIRELES

**HISTÓRIA DO UNIFORME ESCOLAR: A PRODUÇÃO SOCIAL DO ALUNO
(MARINGÁ- 1999-2006)**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Ednéia Regina Rossi (Orientadora) – UEM

Prof.^o Dr.^o. Tony Honorato – UEL – Londrina (Titular)

Prof.^o. Dr.^o. Célio Juvenal Costa – UEM (Titular)

**Prof.^o. Dr.^a. Jani Alves da Silva Moreira – UEM
(Suplente)**

**Prof.^o. Dr.^a. Roseli Maria Rosa de Almeida – UFMS
(Suplente)**

Troca Roupa

Troca a roupa pra ficar bem bonitinho.
Se ajeite, se ajeite direitinho.
Todo dia o dia todo inteirinho,
A gente troca de roupa pra ficar arrumadinho.

Pra dormir na cama, vista o seu pijama.
Um vestido no armário, para o aniversário.
Tem biquíni de praia, tem chinelo e sandália,
Saia, calça, bermuda, se não combinou
muda.

Camisa, camiseta, camisola.
Tem roupa de todo tipo,
Roupa para toda hora.
Camisa, camiseta, camisola.
Tem roupa de todo o tipo,
Roupa para toda a hora.

Troca, troca a roupa agora, mas não enrola.
Calça a meia, bota a sua bota e veste a blusa.
Muda as cores desse sapato.
Se fizer frio, é melhor botar o seu casaco,
Sem embarço.

A gente troca a roupa todo dia, o dia inteiro.
Tem a roupa de ficar em casa, de ir pra
escola.
Tira e bota, tira e bota e tira, veste de novo.
A gente muda de roupa o tempo todo.

(MUNDO BITA)

MEIRELES, Adrielly Cristina de Godoi Silva Meireles. **HISTÓRIA DO UNIFORME ESCOLAR: A PRODUÇÃO SOCIAL DO ALUNO (MARINGÁ – 1999 - 2006)**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: EDNÉIA REGINA ROSSI. Maringá, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema geral a história do uniforme escolar, obrigatório na Rede de Ensino Municipal de Maringá, no período de 1999 a 2006. A investigação se insere na linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação” e está atrelada às discussões acerca da cultura escolar. A literatura existente sobre a temática aborda a história do uniforme e a sua vinculação com a moda, com a homogeneização, disciplinamento e identidade que procurou produzir. Analisar o uniforme escolar como um artefato material, cultural e simbólico e desvendar quais sentidos da produção social do aluno podem ser percebidos foi a problemática que guiou a presente investigação. Assim, a partir de elementos históricos sobre a utilização da indumentária, o uniforme foi pensado como um artefato da cultura material da escola, capaz de contribuir com a produção social do aluno. A pesquisa, de caráter documental e bibliográfica, utilizou como fontes: projetos de lei, legislações do município de Maringá, do Estado do Paraná e do âmbito Federal; imagens e fotografias dos uniformes da rede municipal de ensino de Maringá; artigos de jornal e revistas. Teóricos, como Roche (2007); Frago (2002); Julia (2001); Sacristán (2005); Perrenoud (1995) e Certeau (2014), serviram de base para a reflexão. Para análise dos dados, adotou-se a metodologia de análise de conteúdo, tal como proposto por Laurence Bardin (2016), a qual permitiu interpretar o conteúdo, por meio de codificação, e depois sua organização por temáticas. Como resultado, observa-se que o uniforme escolar contribui para equalizar aparências e pode produzir uma melhor inserção e aceitação das diferenças no interior da escola. Por outro lado, a obrigatoriedade do uniforme na rede municipal de Maringá se fez, num primeiro momento, por meio de peças versáteis, práticas e confortáveis. Peças que permitem liberdade de movimentos e participação. Isso pode ser identificado nos três modelos apresentados pelo uso da camiseta. Posteriormente, a partir de 2006, o despojamento dos trajes pode ser percebido. A estética jovem e moderna produz a ideia de um sujeito alinhado ao seu tempo e às ideias de progresso e desenvolvimento. No contexto do final do século XX, a ideia de sujeitos criativos, inventivos, abertos ao novo, cooperativos, preparados para as mais diversificadas inserções e capazes de intervir e de problematizar são expectativas criadas em torno do aluno. Este é o aluno desejado que a aparência intenciona produzir.

Palavras-chave: História da Cultura Escolar; Cultura Material; Uniforme Escolar e Moda; Produção Social do Aluno.

MEIRELES, Adrielly Cristina de Godoi Silva Meireles. **SCHOOL UNIFORM HISTORY: STUDENT SOCIAL PRODUCTION (MARINGÁ-1999-2006)**. 116.f Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: (EDNÉIA REGINA ROSSI). Maringá, 2020.

ABSTRACT

This research has as general theme the history of the compulsory school uniform in the Municipal Education Network of Maringá, from 1999 to 2006. The investigation is part of the research line “History and Historiography of Education” and is linked to the discussions about culture school. The existing literature on the subject addresses the history of the uniform and its connection with fashion, with the homogenization, discipline and identity that it sought to produce. Analyzing the school uniform as a material, cultural and symbolic artifact and unraveling which meanings of the student's social production can be perceived was the issue that guided this investigation. Thus, based on historical elements about the use of clothing, the uniform was thought of as an artifact of the school's material culture, capable of contributing to the student's social production. The research of documentary and bibliographic character used as sources: bills of law, legislation of the Municipality of Maringá, of the State of Paraná and of the Federal scope; images and photographs of uniforms from the Maringá municipal education system; newspaper and magazine articles. Theorists like Roche (2007); Frago (2002); Julia (2001); Sacristán (2005); Perrenoud (1995) and Certeau (2014) served as a basis for reflection. For data analysis, the content analysis methodology was adopted, as proposed by Laurence Bardin (2016), which allowed the interpretation of the content, through coding and then its organization by themes. As a result, it is observed that the school uniform contributes to equalize appearances and can produce a better insertion and acceptance of differences within the school. On the other hand, the mandatory uniform in the Municipal network of Maringá was made, at first, by means of versatile, practical and comfortable pieces. Pieces that allow freedom of movement and participation. This can be identified in the three models presented by the use of the shirt. Subsequently, from 2006, the stripping of the costumes can be identified. The young and modern aesthetic produces the idea of a subject aligned with his time and the ideas of progress and development. In the context of the end of the late twentieth century, the idea of creative, inventive subjects, open to the new, cooperative, prepared for the most diverse insertions and capable of intervening and problematizing are expectations created around the student. This is the desired student that the appearance intends to produce.

Keywords: History of School Culture; Material Culture; School Uniform and Fashion; Student Social Production.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Revisão Bibliográfica.....	16
1.2. Construção da Problemática.....	30
1.3. Apresentação do Trabalho.....	31
2. UNIFORME ESCOLAR: UM ARTEFATO SIMBÓLICO E REPRESENTATIVO DA CULTURA ESCOLAR.....	33
2.1. O Uniforme Escolar como Artefato Social e Elemento da Cultura Material.....	36
2.2. Aluno: Um Ofício Social Aprendido na Escola	41
3. A OBRIGATORIEDADE DO UNIFORME NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARINGÁ E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ALUNO.....	51
3.1. Apontamentos Históricos.....	51
3.2 Prescrições e Usos do Uniforme Escolar em Tempos de Democratização.....	54
3.3. O primeiro Uniforme Padronizado da Rede Municipal de Ensino.....	64
3.4 O Segundo Modelo de Uniforme Padronizado da Rede Municipal de Ensino.....	71
3.5 A produção social do aluno.....	79
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICES.....	90
Apêndice A - Descrição de imagem: análise do primeiro bloco de fotografias (1999-2001)	100
Apêndice B - Descrição de imagem: análise do segundo bloco de fotografias (2004-2005)	105

Apêndice C - Descrição de imagem: análise do segundo bloco de fotografias (2005-2007).....	110
--	-----

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, o objetivo é analisar o uniforme escolar e seu papel na produção social do aluno, no período de 1999 a 2006, no município de Maringá. O recorte temporal se justifica considerando que o ano de 1999 foi o marco inicial de implantação da primeira lei municipal que tornou obrigatório o uso de uniforme nas escolas da rede municipal de ensino (Lei Municipal 4.816 de junho de 1999). O marco final foi definido em virtude da mudança ocorrida no uniforme das escolas da rede de ensino municipal de Maringá que aproximou este indumento à moda.

O interesse em estudar esta temática surgiu por meio da prática profissional, enquanto professora em alguns Centros de Educação Infantil da cidade de Maringá, e no processo de observação da utilização do uniforme de modo obrigatório nas escolas da rede municipal. Enquanto aluna do curso de pedagogia da UEM, desenvolvi uma pesquisa intitulada “Educação, Cultura e Moda: Considerações Acerca do Uso das Camisetas no Curso de Pedagogia da UEM”, na qual foi investigado de que forma a moda se tornou influência para os alunos do 4º ano do curso de pedagogia e qual a sua relação com a educação. A temática em torno da moda e do uso de uniforme marcou minha formação inicial. Como aluna não regular do mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, foi possível o contato com discussões voltadas à história e historiografia da educação, bem como à história da cultura escolar, trajetória que contribuiu para a escolha e a definição da temática desta investigação.

A partir da revisão da literatura, identificaram-se pesquisas que abordam a história do uniforme escolar destacando seu papel disciplinador de conduta, no qual o fardamento escolar trazia, de forma nítida, a distinção entre os sexos feminino e masculino. No entanto, não se localizou nenhum trabalho que analisasse o uniforme escolar como elemento da cultura escolar e como contribuição para a produção social do aluno.

Tal investigação permite refletir sobre as práticas vivenciadas na escola, assim como compreender a multiplicidade de elementos que passam despercebidos neste espaço e que podem dizer muito sobre a cultura e a história. Na verdade, “são imensas as dificuldades para nomearmos a complexidade e a

riqueza que estão mais próximas de nós, impregnadas da aparente banalidade do cotidiano” (PRIORE, 1997, p. 376).

Reconhecendo os aspectos demarcados por Priore, a análise do uniforme pode contribuir com as reflexões da história da cultura escolar, permitindo compreender costumes, hábitos e tradições da escola. O trabalho contribui com reflexões em torno da história do uniforme no Brasil, bem como dos elementos simbólicos de sua utilização. Desse modo, soma esforços junto à produção do conhecimento no campo da historiografia da educação.

Como fonte de pesquisa, foram utilizados projetos de lei, legislações do município de Maringá, do Estado do Paraná e do âmbito Federal¹; fotografias dos alunos da rede municipal de ensino²; a revista municipal **Maringá ensina** (2006); os jornais o **Diário do Norte do Paraná** (2005) e **Cesumar em Foco** (2005) que veicularam matérias sobre o uniforme do município.

Para o levantamento dos dispositivos legais, foi utilizado o portal de busca da câmara dos deputados. Os dados dos dispositivos legais que se configuram em leis ordinárias estaduais foram levantados por meio do portal de busca intitulado “Portal da Legislação” que dispõe de consultas de leis estaduais de forma online. Os dados referentes às legislações de âmbito municipal foram levantados por meio do portal de “Legislação Municipal” de forma online. Para todos os portais, os descritores de busca foram: uniforme, uniforme escolar, símbolos municipais.

Os artigos da imprensa local foram localizados no arquivo da prefeitura do município, mais especificamente, nos documentos da Secretaria de Educação. Contou-se, ainda, com publicações on-line. As imagens utilizadas também foram localizadas no arquivo da prefeitura, bem como em arquivos particulares de professores do município.

Adotou-se a noção de fonte proposta pela *Escola dos Annales* que possibilita a utilização de uma diversidade de materiais na escrita historiográfica, levando em

¹ PL de Lei Federal nº 3.174/1992	Lei Federal nº 5.700/1971
PL de Lei Federal nº 3.327/1992	Lei Federal nº 8.907/1994
PL de Lei Federal nº 2.728/2007	Lei Estadual nº 7962/1984
PL de Lei Federal nº 3.199/2008	Lei Estadual nº 14.361/2004
PL de Lei Federal nº 2.509/2015	Lei Municipal nº 4816/1999

² Foram analisadas, de forma cronológica, 12 fotografias: o primeiro bloco de imagens refere-se aos anos 1999-2001. O segundo, ao período de 2004-2005, e o terceiro refere-se aos anos de 2005-2007. Os quadros de descrição de imagens encontram-se nos apêndices A, B, C.

consideração não apenas os registros oficiais, mas fontes visuais e jornalísticas que portam fragmentos da história. Nessa perspectiva, a reconstrução do passado não se apresenta como uma verdade absoluta, mas como uma compreensão possível por meio de uma interpretação e reflexão desse passado (BURKE, 1992). Por outro lado, trabalhou-se com a noção de documento-monumento proposta por Le Goff (1990, p. 472) que considera que ele:

não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio ... O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.

Dessa maneira, o documento é entendido como uma construção humana feita de maneira intencional (ou não) e que representa a construção de um determinado tempo histórico. Para analisar os documentos, “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1990, p. 473).

Assim, as imagens foram utilizadas não como ilustração, mas tratadas como fontes. Como tais, realizou-se uma operação que possibilitou distinguir, identificar e analisar o que se observava por meio delas. A fotografia é um instrumento de memória institucional, no dizer de Bencosta (2011, p. 408-409):

As fotografias inscrevem-se na imanência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários, partícipes dessa temporalidade do agora, e assim ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação. Neste sentido entendemos que a potencialidade significativa das fotografias escolares é portadora de elementos para a compreensão das culturas manifestadas no universo escolar.

As imagens são portadoras de memória e de um discurso suscetíveis de serem analisados.

Para análise das fontes, optou-se pela metodologia de análise de conteúdo, tal como proposto por Bardin (2016), por possibilitar a interpretação dos mais

variados tipos de fontes. Assim, foi realizada uma primeira “leitura flutuante” dos dados que permitiu a primeira identificação de seu conteúdo. A partir dessas primeiras impressões, realizou-se uma segunda leitura minuciosa que permitiu fazer a “referenciação”, ou seja, a “codificação”. A partir da repetição ou não dos elementos identificáveis (unidades de registro), foi possível verificar a sua frequência de aparição ao longo dos documentos, assim, criaram-se as categorias ou temas, então, os fatos foram ordenados num novo arranjo, saindo da penumbra e fazendo sentido num novo contexto (BARDIN, 2016).

Para o desenvolvimento da pesquisa, alguns conceitos e interpretações balizaram as análises. O conceito de cultura escolar é visto como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Da mesma forma, a definição de cultura escolar dada por Frago (2002) engloba um conjunto de aspectos institucionalizados que se aproximam do posicionamento de Julia (2002), quando se trata das práticas produzidas no interior da escola.

A cultura escolar, assim entendida, seria constituída por um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, diretrizes, rituais, inércias, hábitos e práticas (modos de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) estabelecidos ao longo do tempo na forma de tradições, regularidades e regras do jogo. (FRAGO, 2002, p. 100, tradução nossa)

Ao se debruçar sobre pesquisas voltadas às especificidades da cultura no interior das escolas, Frago traz definições para a confirmação do conceito de cultura escolar enquanto própria e totalizante na medida em que abrange os elementos e os aspectos institucionalizados.

Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer. O que acontece é que nesse conjunto existem alguns aspectos mais relevantes que outros, no sentido de que eles estão organizando elementos que o moldam e definem. (FRAGO, 1995, p. 69, tradução nossa)

Pode-se dizer que a cultura escolar é, também, composta por uma cultura material dos objetos e, ao mesmo tempo, por uma cultura imaterial que engloba os

sentidos simbólicos. Estudar as coisas de que o homem se serve, tais como a alimentação, a habitação, o vestuário, o luxo, os utensílios, é a única maneira de avaliar a sua existência cotidiana (BRAUDEL, 1970).

O uniforme escolar é entendido, nesta pesquisa, como elemento da cultura material da escola. Historiadores e antropólogos têm intensificado a atenção aos estudos da cultura material³. Braudel (1902-1985), por exemplo, enquanto representante da *Escola dos Annales*, introduziu significativas mudanças no que se refere à produção intelectual historiográfica ao tratar da história da vida material. O autor prioriza o domínio simbólico dos objetos e busca pelos sentidos dos adornos e das vestimentas. O historiador Roche lembra que “a proximidade dos hábitos indumentários e das funções mudas da vida não deve conduzir ao silêncio. Ao quebrá-lo, a história da cultura material ligada à das sensibilidades encontrará sua explicação” (2007, p. 167).

Neste sentido, o estudo das roupas como um elemento da cultura material assemelha-se ao estudo arqueológico, no qual se busca entender as culturas e os modos de vida de determinados povos pela observação de artefatos e a partir de análises voltadas aos vestígios materiais. Os sentidos são atribuídos a partir de sua utilização. A utilização do uniforme se fez como produto da cultura escolar em razão das necessidades de sua organização.

Inscrito no terreno das práticas, o uso do uniforme escolar pode ser pensado por meio de dois conceitos propostos por Certeau (1925-1986): o de táticas e o de estratégias. Trata-se de relações conflituais entre dois mecanismos de ações que se fazem valer no contexto social. Também de combates entre o forte e o fraco: “o que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear, impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (CERTEAU, 2014, p. 87).

As estratégias são, portanto, “ações que, graças ao postulado de um lugar de poder a propriedade de um próprio, elaboram lugares teóricos, sistemas e

³ Sobre isto, pode-se levar em consideração o que diz Souza (2007), ao considerar que examinar esses elementos da cultura material, como, por exemplo: espaço, mobília e utensílios escolares, pode auxiliar no estudo da cultura escolar. Neste sentido, a cultura material da escola pode ser entendida como descrita por Frago, pelo “material físico e objetos (espaços edificados e não edificados, mobiliário, material didático e escolar, etc.)” (2002, p. 60).

discursos totalizantes, capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (CERTEAU, 2014, p. 96). Seja no campo da imposição ou da reação, as mudanças podem ser feitas pelos diferentes sujeitos, independentemente da posição que ocupem.

Neste sentido, o uso obrigatório do uniforme escolar é compreendido como uma estratégia da Secretaria Municipal de Educação, e vem como produto imposto por lei para constituir um lugar definido. Os alunos, em seu campo tático, ao utilizar o uniforme, o manipulam, desviando ou modificando a sua determinação.

1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Apresenta-se a revisão bibliográfica sobre o uniforme escolar. Parte-se da premissa de que é preciso conhecer o que já foi pesquisado, identificando as reflexões realizadas e quais serão as produções com as quais é possível um diálogo. O levantamento inicial foi realizado nos bancos de dados “Google acadêmico”, “Google”, “SciELO” e “Catálogo de Teses e Dissertações da Capes”. Os descritores de busca foram: uniforme escolar, moda, indumentária e cultura escolar. A coleta de dados foi realizada no período de 08 a 19 de novembro de 2018. Foi definido como critério de inclusão utilizar as produções publicadas entre os anos 2009 e 2019. As buscas permitiram localizar 22 produções sobre o uniforme escolar, das quais oito possuem relação com os interesses desta pesquisa. Assim, do conjunto, foram selecionados quatro artigos e quatro dissertações. Como segunda estratégia de levantamento da literatura, observaram-se as referências bibliográficas das pesquisas realizadas, identificando autores de referência utilizados.

Apresentam-se, a seguir, os discursos já produzidos acerca da investigação da história do uniforme escolar e do uniforme, que demonstra o quadro das reflexões sobre o tema e os interlocutores da pesquisa proposta.

A pesquisa bibliográfica foi organizada por meio de discussão temática. As classificações por significações foram realizadas em nível semântico e se fazem valer dos seguintes temas: 1º) a prática de uso dos uniformes; 2º) as modificações, interferências e transformações modistas incorporadas ao traje escolar; 3º) a

função social e pedagógica dos uniformes escolares; 4º) A produção dos corpos estudantis e a constituição de específicas identidades de gênero (feminino e masculino); 5º) ideal de igualdade e obrigatoriedade; e 6º) identidade e representação.

O estudo acerca dos uniformes escolares recorre à moda para identificar alguns significados e transformações presentes no traje, considera também a história da educação, a fim de compreender os rumos tomados quanto à prática do uniforme da escola pública. Prioriza, ainda, perceber, a partir das materialidades da escola, as continuidades e rupturas presentes ao longo do tempo, a partir do aporte teórico da cultura escolar (SILVA, 2016; SILVA, 2006; MALLMANN, 2015).

Com base nos conhecimentos sobre o tema, a prática de uso dos uniformes escolares, será apresentada a dissertação de Silva (2006), intitulada **Criança Calçada, Criança Sadia!** Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública (1950/1970), que problematiza como a prática de uso dos uniformes escolares se configurou nas escolas públicas do Estado de São Paulo (1950-1970). A pesquisa apresenta a história do uniforme escolar destacando que ele apareceu, a princípio, como indumentária militar no século XV. Naquele período, seu uso não ficou apenas restrito às tropas armadas, mas se estendeu para outras instituições. O modelo de farda avançou para instituições médicas, presídios e escolas, caracterizando e identificando os uniformes de prisioneiros, escolares e de idosos. Nas fábricas, o uso dos uniformes, além de demarcar nos corpos a marca daquela instituição, também promove a distinção em relação às demais, e, ainda, entre cargos dos/as trabalhadores/as e suas diferentes hierarquias (SILVA, 2006; MALLMANN, 2014; BECK, 2015).

Silva identifica que “a expressão da identidade nacional e o caráter heroico-militar estavam estampados nas roupas que os alunos vestiam nas escolas Estaduais paulistas” (2006, p.85). As escolas que iniciaram o processo de uniformização dos alunos, por meio da utilização dos trajes/fardamentos militares, ao final do século XIX, receberam a conotação de terem adentrado o século XX vestindo a pátria nos corpos dos meninos. A intenção era garantir identificação e segurança, realçando os ideários republicanos de ordem e progresso. O contexto possibilitou que modelos e réplicas de uniformes inspirados nos fardamentos militares do Exército Nacional (adiante inspirados nos da Marinha do Brasil) fossem

amplamente utilizados. As cores do fardamento reforçavam a identidade nacional: os alunos paulistas, por exemplo, não eram vestidos com as cores que faziam parte da bandeira do Estado de São Paulo, foram adotadas as cores azul, branco e caqui, com o intuito de que os estudantes carregassem em seu próprio corpo as cores nacionais (BECK, 2015; SILVA 2006).

A pesquisa de Silva (2006, p.1) utilizou-se de fontes impressas a fim de “compreender os modos pelos quais os uniformes eram retratados pela imprensa educacional”. Examinou, também, a percepção dos alunos quanto a seus uniformes, por meio do estudo do jornal escolar “Nosso Esforço”, que foi produzido por discentes do curso primário (1936-1939), do qual extraiu relatos sobre os trajes e os modelos dos uniformes utilizados no período de expansão da escola pública. As revistas examinadas pela autora traziam imagens e anúncios de produtos alimentícios e higiene que se faziam valer da figura do aluno uniformizado para atrair consumidores (SILVA, 2006).

As prescrições encontradas nos manuais pedagógicos dos cursos normais, e as legislações educacionais de regimento interno dos estabelecimentos de ensino secundários do Estado de São Paulo tratam as roupas apenas sobre a égide da instrução normativa, sem se deter nos significados, modelos e na questão da obrigatoriedade. “Os artigos educacionais ali presentes evidenciavam as dificuldades que as famílias mais pobres enfrentavam para conseguir manter os filhos na escola devido às exigências materiais que eram feitas” (SILVA, 2006, p. 190).

Silva (2006) salienta que poucas determinações foram prescritas e concebidas exclusivamente para normatizar a prática de uso dos uniformes escolares. Mas, mesmo assim, as exigências materiais impostas pela escola pública fez com que alunos fossem impedidos de frequentá-la.

Com base na temática “transformações, modificações e interferências modistas incorporadas ao traje escolar”, foi analisado o artigo de Mallmann (2014) intitulado “Uniformes escolares enquanto produto da indústria e da moda: para além da obrigatoriedade”. O estudo analisa, a partir dos elementos da moda, o uso do uniforme escolar nos espaços educativos para além do viés de obrigatoriedade, explorando-o enquanto um elemento histórico e necessário para a sociedade. A autora problematiza como os meninos e meninas, pré-adolescentes, veem o uso

do uniforme para além da obrigatoriedade escolar, visando relacionar os usos do uniforme enquanto um produto da indústria da moda. Utiliza registros fotográficos dos eventos escolares (1939 até os dias atuais) e examina normas e legislações que prescrevem a obrigatoriedade de seu uso. Por fim, aplica uma entrevista semiestruturada em ex-alunos e alunos do Colégio Santo Antônio de Estrela (RS), com o objetivo de coletar as percepções quanto às mudanças de seus uniformes escolares em sua trajetória escolar.

As percepções dos alunos entrevistados deixam evidentes as interferências e modificações que a moda fez em seu vestuário durante a trajetória escolar, relatos de variações e permanências modistas foram percebidos: “Vejo [...] as mudanças dos uniformes escolares [...] hoje estão mais despojados em malha, calça comprida, camisetas, jaquetas” (Entrevistado “A,” MALLMAN, 2014, p. 3). Quanto às variações e às permanências modistas, este relato exemplifica:

Meu primeiro uniforme [...] sempre branco, suas pregas muito bem passadas [...] minha escola mudou de nome de prédio [...] continuamos com o guarda-pó branco, tênis conga ou sapatos pretos meia $\frac{3}{4}$ [...] com o passar dos anos mudei para escola estadual agora mais moderno com saia de tergal verde musgo, camiseta em malha branca com emblema da escola, além do blusão vermelho para o uso do inverno. As meias continuavam brancas e $\frac{3}{4}$ e sapatos pretos (Entrevistado “B”, MALLMAN, 2014, p. 3)

A interferência da moda nos uniformes escolares existiu no que se refere a cores, tecidos e modelos. Porém, observou-se uma inflexibilidade por parte da escola em aderir a novos uniformes, conforme as tendências da moda.

No entanto, a moda tem influenciado as alterações no uniforme escolar, ainda que as mudanças, em seu desenho e usos, não sejam absorvidas na rapidez exigida pela voga da época ou acontecessem de maneira pouco perceptível. Há de se considerar que nem sempre a indumentária escolar assimilou as mudanças sociais e as constantes mutações propostas pelos costumes que estão em voga (MALLMANN, 2014; SCHOLL; JACQUES, 2012). Dessa forma, pode-se dizer que os uniformes escolares se configuram em roupas clássicas e, até mesmo, atemporais, no sentido de que, independentemente do tempo, uma modelo base permanece em uso, e dependem de mudanças cíclicas, as quais são ditadas semestralmente.

Nesta reflexão, o uniforme escolar não pode ser visto dissociado deste processo, pois é também uma mercadoria. Ao ganhar novos modelos, os uniformes vão além da ideia de serem simples dispositivos disciplinares que assumem formas de identificação e de segurança, eles são também marcadores sociais e, além disso, suscetíveis a intervenções e alterações por parte daqueles que o usam (MALLMANN, 2015). É visível a interferência que a moda faz sobre os uniformes escolares, uma influência que sempre existiu por meio das formas, cores e tecidos. Mas nem sempre foram agregadas na mesma proporção cíclica de mudança, principalmente, nas instituições mais conservadoras onde os regimentos prescrevem e determinam o seu uso (MALLMANN, 2015).

Mallmann (2014) conclui que existe uma aproximação recíproca entre a cultura material escolar, constituída de objetos com finalidades específicas, e a cultura juvenil, consumidora dos bens culturais, pois ambas estão associadas à história da moda e às mudanças nas formas de vestir das pessoas e dos/das alunos/as. No entanto, o “bem-estar” do indivíduo, na sociedade capitalista contemporânea, está associado não só ao meio em que vive, mas também às roupas que ele usa, as quais são ditadas pela indústria da moda.

Scholl e Jacques (2012), em seu artigo intitulado “Vestidas de azul e branco: o feminino uniforme no colégio Farroupilha de Porto Alegre”, problematizam, a partir de uma reflexão sócio histórica, a relação entre o movimento da moda e o uso do uniforme no espaço escolar. O objetivo da pesquisa era identificar as mudanças da moda incorporadas aos usos do uniforme escolar e suas funções sociais, discutindo as ideias simbólicas de uniforme e de uniformidade. Para tanto, tomaram como aporte de análise documentos textuais e imagéticos pertencentes ao memorial do Colégio Farroupilha de Porto Alegre.

O espaço escolar é visto como um lócus produtor de identidades e de dispositivos fundamentais para a manutenção da disciplina. Neste espaço, também são criados os artefatos próprios da cultura escolar: tais como a carteira, o livro didático, o uniforme escolar, entre outras materialidades; agregados a elas, os rituais e as rotinas da escola. Dessa maneira, há de se considerar que:

A experiência educativa na escola promove uma experiência de socialização precoce com uma cultura estética singular, revelada nos ritos, práticas e ordens próprias do ambiente escolar, como por exemplo, nas cerimônias escolares (solenidades cívicas,

formaturas, exames), nos momentos das refeições e de hábitos de higiene e na gestão dos uniformes. Uma educação cultural que funcionava, a rigor, como um sinal de distinção social e com um arraigado intuito civilizador (SCHOLL; JACQUES, 2012, p. 8).

O uniforme escolar é tema frequente nas memórias escolares, em geral, está associado a ideias de distinção, orgulho, e de símbolo escolar; no entanto, a prática do seu uso está fortemente vinculada à ideia de pertencimento institucional. Há distintos modos de uniformização na sociedade. As duas categorias mais comuns são a de dentro para fora, na qual um determinado grupo escolhe uma indumentária para si; a outra é a de fora para dentro, ou seja, o indivíduo deverá vestir-se da maneira determinada pelo grupo em que ingressa (SCHOLL; JACQUES, 2012).

O indefectível conjunto, composto de blusa branca e saia azul, transformou-se no tradicional uniforme escolar feminino utilizado nas Escolas Normais, no fim do século XIX e início do século XX. A indumentária foi também adotada pela clientela feminina do Colégio Farroupilha no ano de 1940. Verificaram ligeira mudança quanto aos volumes das saias, na década de 1950, devido ao racionamento dos tecidos nos países europeus. A silhueta feminina passa, então, a ser inspirada nos uniformes masculinos, sendo criadas saias de desenhos quadrados, desprovidas de excesso de tecido. No caso do Colégio Farroupilha, é notável que o uso do uniforme escolar tencionasse à igualdade no vestir, estimulava o cumprimento de regras e normas e, por consequência, estabelecia um ato de disciplinamento (SCHOLL; JACQUES, 2012).

A moda influenciava o uniforme escolar, mesmo que tais mudanças, em seu desenho e usos, não fossem absorvidas na rapidez exigida pela moda ou, ainda, acontecessem de maneira pouco perceptível. O cumprimento das saias pertencentes ao uniforme escolar, por exemplo, era, na maioria das instituições, rigorosamente medidas, sempre devendo estar com a bainha abaixo do joelho, quando a moda fora da escola já impunha saias mais curtas (SCHOLL; JACQUES, 2012).

Em relação à escola, observou-se uma severa restrição e a não aceitação dos modismos incorporados ao vestuário escolar. O uniforme escolar, em certa medida, manteve-se pouco flexível diante da modernização. Da mesma forma, as mudanças percebidas no seu desenho e uso são tênues e, por vezes, pouco perceptíveis entre uma década e outra.

Com relação ao tema, “a função social e pedagógica do uniforme escolar”, destacam-se os estudos de Marcon (2010) intitulados **Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul)**. A autora problematiza: Qual a função social e pedagógica do uso do uniforme escolar? O objetivo geral de seu estudo contempla descrever a evolução da função pedagógica do uso de uniformes escolares. Para tanto, a autora utiliza-se de fontes escritas, como as prescrições e regimento, e uma entrevista semiestruturada aplicada a 21 entrevistados.

Quanto ao seu papel social, o uniforme escolar, no decorrer da história, serviu para identificar, controlar e padronizar os alunos. O fardamento trouxe consigo outras funções sociais. Ele esteve presente nas mais diversas categorias e classes, proporcionando notoriedade, distinção, hierarquia, disciplina e segurança. O uniforme passou a ser utilizado pelas escolas para reconhecimento da entidade e dos/das alunos/as, visto que os/as identificava e unificava (MALLMANN, 2014; MARCON, 2010).

O papel pedagógico do uniforme escolar é atribuído à sua função de identificar, padronizar e disciplinar. É também considerado um agente de diferenciação e de homogeneização social e cultural, sendo um elemento responsável por manter a uniformidade dos corpos, para impedir os processos de diferenciação a partir das práticas cotidianas (MARCON, 2010; BECK, 2015).

As escolas optaram pelo uso do uniforme escolar devido à necessidade de caracterizar seus/suas alunos/as e representar a instituição escolar por meio de cores, formas e distintivos, tornando-o um elemento indispensável do contexto escolar. Assim, os motivos que levaram as escolas a adotarem o uso do uniforme foram intencionais, como se representar por meio de cores, utilizar o nome da instituição e apresentar o símbolo da escola (MARCON, 2010; MALMANN, 2015; SILVA, 2006).

O uniforme é apresentado como um objeto que identifica um determinado grupo social, cultural e intelectual. Ele pode garantir segurança e o pertencimento institucional. Por outro lado, em muitos casos, ele pode representar fator de discriminação e de diferenciação social.

Após identificar o papel social e pedagógico atribuído ao uniforme escolar, a autora se volta para as mudanças ocorridas nessa vestimenta. Na opinião de

Marcon (2010), o percurso dos uniformes, que vai desde as vestes clericais, passando pelas fardas militares e chegando ao conforto dos tecidos com elastano combinados com camisetas, mostrou que a imposição institucional do uniforme foi abrandando, flexibilizando-se, conforme ocorriam mudanças no contexto social e cultural (MARCON, 2010).

A pesquisadora destaca, ainda, os usos feitos dos uniformes tendo por base a narrativa de alunos e os conceitos de tática e estratégia de Certeau (2014). Ela identifica a existência de práticas subversivas customizadas nos uniformes escolares. Assim, embora haja imposição do uso dos uniformes sob a égide disciplinar, os golpes táteis dos alunos são evidenciados à medida que realizam modificações, criações e reconstruções no uniforme, como tirar as golas, as mangas, pintar, bordar, modificar o seu corte, e, até mesmo, amarrar o elástico para ajustá-lo (MARCON, 2010).

Para tratar da temática “produção dos corpos estudantis e a constituição de específicas identidades de gênero em distintos modos do vestir feminino e masculino”, apresenta-se o artigo de Beck (2015), intitulado “Uniformes escolares: delineando identidades de gênero”. A autora problematiza a prática de uniformização escolar buscando estabelecer relações e conexões existentes entre os aspectos históricos, teóricos, políticos, sociais e culturais que levaram as instituições de ensino a adotarem, dentre tantas outras práticas pedagógicas, a utilização de modos distintos de vestir-se para ir à escola. Objetiva perceber a produção dos corpos estudantis e a constituição de específicas identidades de gênero por meio dos uniformes escolares. Assim, as narrativas se centram na prática do revestimento dos corpos.

O movimento de escolarização pode ser entendido como o responsável pelo estabelecimento de uma espécie de uniformidade entre os escolares. Uniformidade que se traduz na produção de hierarquias, que fraciona o saber em disciplinas, esquadrinha a arquitetura da escola e racionaliza o tempo, promovendo a individualização dos sujeitos em suas tarefas e produtividade. Essa mesma uniformidade também é traduzida no interior da escola, com a demarcação dos/as estudantes através da vestimenta por eles/as utilizada (BECK, 2015).

Por meio deste mecanismo de controle, que é o uniforme, padronizam-se, identificam-se e diferenciam-se os/as estudantes em sua trajetória escolar,

tornando explícita a sua roupagem, ainda que tradicional. Os fardamentos, os trajés militares, as saias plissadas ou evasê, as calças curtas, as batinas, as camisas de gola, os ternos e paletós, os guarda-pós, os vestidos e os aventais estão revestidos de simbologias às quais são atribuídos significados de valorização. Significados tais quais emblemas e brasões, além de vários adereços carregados de subjetividades, como os bordados e babados, meias e sapatos, gravatas, broches, laços de fita, chapéus, bonés, luvas, crucifixos que sempre aparecem em tons sóbrios e que, certamente, povoam os pensamentos quando se faz referência aos uniformes utilizados desde o final do século XIX até meados do século XX (BECK, 2015). De um modo semelhante, o uso de bermudas, minissaias, calças *legging* e *skinning*, camisetas *baby look's*, shorts, casacos, meia calça, bandanas, sandálias, tênis, abrigos e agasalhos esportivos, entre outros, de variadas cores, tonalidades, padronagens, modelagens que caracterizam algumas de nossas referências quando o assunto é o uniforme utilizado nas escolas contemporâneas (BECK, 2015).

A expansão do ensino público no século XX não isentou a manutenção de uniformes diferenciados para os distintos gêneros. Preconizava-se, assim como ainda hoje, cunhar, por meio de modelos e estilos diferenciados para homens e mulheres, meninos e meninas, identidades, padrões, posturas, comportamentos, gestos e atitudes que lhes eram concebidos como específicos. A relação entre o masculino e o feminino sempre existiu e foi marcada na sociedade, principalmente nas instituições educacionais, repartições públicas, estabelecimentos religiosos, com tanta rigidez, conforme os regimentos tradicionais. A partir dos anos 1960, com o aparecimento da helanca e seus benefícios, as escolas tiveram a oportunidade de acompanhar a moda jovem, inclusive, na confecção dos uniformes escolares mais semelhantes para ambos os gêneros (BECK, 2015; MALLMANN, 2014).

Em tais vestimentas, há uma continuidade da presença e do desejo de demarcar, nos corpos determinados e diferenciados, comportamentos e posturas que são esperados dos gêneros feminino e masculino. Posicionam-se os sujeitos num jogo no qual o esperado é, justamente, que se identifiquem com determinados modelos para eles/as projetados. No caso específico das identidades de gênero, os uniformes ensinam modos específicos de feminilidade e de masculinidade, e

maneiras socialmente desejáveis para os sujeitos, levando em conta o sexo de cada um (BECK, 2015; MALLMANN, 2014).

A permanência das distinções nos uniformes pode ser entendida e relacionada como uma das estratégias de governo e de conduta instituídas pela escola sobre os corpos dos/as estudantes na constante produção de identidades de gênero, também no intuito de suavizar as transgressões propostas pelo/as estudantes. Embora poucas tenham sido as alterações nas vestimentas escolares, mantiveram-se as distinções nas peças cunhadas para os gêneros feminino e masculino. A preocupação com o recato e o pudor dos corpos foi atributo recorrente e permeou a composição das vestimentas dos/as alunos/as, revelando que é uma das estratégias escolares ao cunhar seus uniformes diferenciados (BECK, 2015).

O tema “igualdade e obrigatoriedade” reporta-se ao artigo de Silva (2016) intitulado “Fantasias da Igualdade: uniformes escolares e democratização do Brasil”, que apresenta o uniforme escolar enquanto um artefato de fantasia, criado com a finalidade de “apagar as diferenças socioeconômicas” evidenciadas pelas roupas, com o intuito de tornar todos iguais mediante a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar. Há de se considerar que a proposta do ideário de equidade foi recorrente no processo de democratização do ensino no Brasil. Nesse sentido, o artigo examina as diferentes configurações das práticas de uso dos uniformes escolares no período de 1948 a 1971, tentando identificar a promoção de igualdade na vida escolar. Recorre também aos estudos sobre a moda, com o objetivo de identificar alguns significados e transformações presentes nos trajes. A autora utiliza como fonte documental os regimentos e normativas que prescreveram o uso do uniforme no período demarcado.

A tentativa de equalização das diferenças socioeconômicas por meio do traje também é uma questão bastante relevante quando pensamos nas roupas dos escolares no interior do espaço escolar. Sem os uniformes escolares, as diferenças socioeconômicas ficam mais nítidas e a origem social fica mais evidente. No entanto, instaurar as práticas discriminadoras na vida escolar alerta para a complexidade das relações que ali se estabelecem. Além de artefatos de igualdade, os uniformes escolares são reguladores das manifestações de diferenças individuais e de expressão de moda, sendo, muitas vezes, inacessíveis do ponto de vista econômico (SILVA, 2016).

As roupas podem dizer pouco, mas a questão dos uniformes escolares ilustra, em diferentes momentos com argumentos variados, o estreito caminho no qual se tenta promover alguma igualdade na vida escolar (SILVA, 2016, p. 720)

Com a tentativa de modernizar e organizar o ensino, foram criadas as leis sobre os uniformes escolares. O uniforme escolar foi apresentado como agente identificador ligado ao mecanismo dinâmico de controle disciplinar advindo das relações de poder existentes em sociedade, o qual tem atribuído a ele um caráter de obrigatoriedade, imposto aos estudantes pelo poder institucional. Ainda que estivesse longe de vestir a todos, estar trajado “constituía a observância de uma regra imposta pelas normas regimentais e fazia parte da disciplina escolar” (SILVA, 2006, p. 191). A autora explica que ir com roupas diferenciadas à escola significava uma transgressão grave, uma vez que todos sabiam que o uniforme era item obrigatório e indispensável.

Os modos de vestir dos alunos estavam atrelados às condições de permanência na escola e a um ideal de igualdade que se buscava incessantemente possuir.

as fantasias da igualdade social não adentraram as mentes e nem permeiam as relações a não ser no sentido de uma esperançosa utopia que se inscreve nas crenças dos que vão à escola, dependem da escola ou viverão melhor por causa da escola (SILVA, 2016, p. 720)

A fantasia pode, assim, ser fértil, produtiva e se fazer valer de um espírito idealístico, de igualdade, que dispõe de disciplina, moralização e organização (SILVA, 2016). Há de se considerar que o uniforme escolar cumpre esta finalidade de homogeneizar a aparência dos alunos, pois contribui para minimizar as diferenças dentro da escola.

Se é possível dizer que a moda está relacionada a inovações constantes e a rupturas, também é possível dizer que os uniformes escolares estão associados à tradição. No entanto, outros elementos, para além das novas tendências estéticas da estação, teriam um poder maior para influenciar a confecção dos trajes dos escolares.

A questão das roupas, dos uniformes e da moda, lentamente, pôde adentrar ao cenário dos objetos dignos de atenção científica. Atualmente, há produções significativas que objetivam compreender os objetos materiais para auxiliar no entendimento da organização dos espaços científicos, dos quais fazem parte as instituições escolares (SILVA, 2016).

Ao tornar obrigatório o uso dos uniformes escolares nas instituições de ensino paulistas, o Estado desejava obrigar as famílias a levar as crianças para a escola vestidas decentemente, o modelo adotado visava refrear os gastos com o uso de outras peças de roupas e ajudava a formar uma boa imagem das escolas pela sociedade. No entanto, “quanto mais urbano era o lugar, mais imponente era o edifício escolar, e maior era o rigor quanto ao uso dos uniformes” (SILVA, 2016, p. 712).

O ideário de equalizar a prática do vestir também foi incorporado aos calçados dos estudantes, a campanha pela uniformização dos sapatos: “Criança Calçada, Criança Sadia!” foi lançada no ano de 1958, no Estado de São Paulo, pela indústria brasileira do ramo de calçadas e lonas, a Alpargatas S. A., que difundiu o uso de calçados entre os estudantes, a partir de um discurso baseado na economia e na saúde, visando universalizar o uso de sapatos nas escolas do estado de São Paulo. Criaram-se, assim, os calçados feitos de lona e de material sintético, com o custo inferior aos tradicionais sapatos de couro (SILVA, 2016).

A autora conclui que as roupas utilizadas para proteger os corpos do calor e do frio também são portadoras de significados, assim como os sapatos, as gravatas, os lenços e adereços externos, possuem diferentes formas de comunicação, tal como as roupas em geral. “Uma mesma peça de roupa pode ter diversos significados, associados ao contexto cultural de seu uso” (SILVA, 2016, p. 704).

Os uniformes escolares podem ser entendidos como um elemento partícipe dos rituais que perpassam as instituições educativas e “fazem parte de toda uma simbologia, postulam valores, normas e intenções que impregnam a relação pedagógica, sem que, para isso, seja necessário o discurso verbal” (SILVA, 2014, p. 704). Para ela, o uniforme militar impede a identificação ideológica de cada um, ainda que dotados de mesmos símbolos, o fardamento identifica e caracteriza uma

multidão, impedindo que o portador da roupa se expresse através dela, como ocorre, por exemplo, no exército (SILVA, 2016).

Por fim, o bloco temático “Identidade e representação” parte das reflexões do artigo "A ressignificação do uniforme escolar na contemporaneidade: identidade e representação", de Schemes, Silva e Araújo (2013). A discussão tem como finalidade analisar as representações que são elaboradas por meio da ressignificação do uniforme escolar, problematizando como essas representações constituem identidades. Trata-se de uma pesquisa de campo e iconográfica em que foram utilizadas fotografias a fim de explorar as diferentes representações sobre o uniforme escolar. A pesquisa identificou, nas respostas do corpo discente, unanimidade em considerar a importância da utilização do uniforme no espaço escolar enquanto um elemento de segurança e de identificação.

Para o grupo de discentes, é possível seguir a moda, utilizando o uniforme e acrescentando a ele acessórios (colares, brincos, mantas, bonés) e peças subalternas e avulsas, tais como as camisetas utilizadas por baixo do uniforme e os casacos por cima. As reivindicações dos alunos estão pautadas nas mudanças que poderiam apresentar diversidade de cores, modelos e tecidos, aderir a estampas mais modernas e incorporar peças jeans como vestimenta oficial da escola. A maior parte dos discentes não tem o hábito de modificar seus uniformes, apenas um customizou algumas peças, utilizando lantejoulas, pedras e recortes em camisetas (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO; 2013).

Para a equipe diretiva da escola, “o uniforme reflete a identidade da escola, respeitando sua história e sua cultura. Cada grupo possui símbolos que identificam, o uniforme, em nossa escola, é um deles” (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO, 2013, p. 52). Foi observado, no cotidiano escolar, resistência por parte dos alunos, que utilizaram a customização, e o uso de acessórios para se rebelar às normas (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO, 2013).

A partir da análise de fotografias, foi identificado que as meninas utilizaram um recurso de sobreposição, as camisetas, colocando por baixo outras peças em cores e estampas, essa prática pode revelar-se como signo de criatividade, ao imprimir, no seu vestir, roupas próprias. Também foi observada a subversão ao cumprimento do uniforme, identificada no encurtamento das camisetas, que também aparecem mais justas ao corpo. Atitudes que podem insinuar rebeldia e

sintonia com a moda, ao alterar o modelo original do uniforme escolar (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO, 2013).

A maior parte das imagens mostram os garotos usando a combinação calça, camiseta e casaco da escola. O que chama a atenção no traje dos meninos é o uso de tamanhos maiores do que seria necessário, tanto no que diz respeito à camiseta, quanto ao casaco e à calça. Alguns meninos optam pelo uso de casacos e blusões que não fazem parte do uniforme da escola. Os alunos levam para a escola algumas características do seu vestir externo à escola, mantendo-se, de certa forma, uma representação do grupo ao qual pertencem e que não é o da instituição de ensino (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO, 2013).

Alguns significados comuns aos jovens estão presentes nas roupas e nos acessórios, tais como a rebeldia, a necessidade de individualização, de criatividade e a obediência às regras estéticas e de moda. Além disso, é constante o uso de indumentas com logotipo de marcas e acessórios serem sobrepostos ao uniforme escolar. Essa prática também garante ao indivíduo o passaporte para a permanência no grupo social que valoriza tal grife, ou compactua com os mesmos valores. Ou seja, há o compartilhamento de um imaginário social entre esses jovens. Quanto às desvantagens encontradas no uso não obrigatório do uniforme, percebe-se a falta de identificação e o preconceito gerado pela comparação de indumentárias (SCHEMES; ENNES; ARAÚJO, 2013).

Para as autoras, “a escola propõe aos alunos certa padronização do uniforme, no entanto, percebemos que eles se valem de orientações da moda para reconstruírem o traje escolar e ressignificá-lo” (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO, 2013, p. 54). A reconstrução pode ser compreendida como um elemento de constituição de identidade, na medida em que os alunos realizam alterações conforme as indicações dos grupos ao qual se sentem inseridos, ou mesmo do qual desejam participar.

Em certa medida, a alteração do traje escolar passa a expressar visualmente um espaço de pertencimento dentro da escola ou, ainda, na sociedade à qual pertencem.

Pertencendo a um grupo, observa-se que o imaginário incidirá em vários aspectos da vida humana, como na criação de situações que enfatizam crenças, dogmas, os quais confirmam as imagens do grupo e estabelecem vínculos entre

ele e o indivíduo. O imaginário liga, une, numa mesma atmosfera, os seres individuais. Assim, a constituição/construção de uma identidade que se expressa, justamente, através de representações que definem a ideia e o sentimento de pertencer a um grupo se torna diluída em prol de uma identidade coletiva (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO, 2013). Para as autoras:

a leitura do signo uniforme pode ser feita no sentido agregador, quando se busca a uniformidade de um grupo, ou indivíduo, no momento em que os jovens customizam e/ou personalizam seus uniformes. Entretanto, a estratégia da uniformização dos alunos, que visava originalmente a regulação e o disciplinamento, nem sempre é percebida nas escolas atuais (SCHEMES; SILVA; ARAÚJO, 2013, p. 58)

O autor demonstra que os objetos e as coisas representadas são reveladores da prática cotidiana e de uma cultura. Na medida em que os objetos criados são inseridos em um contexto, são também representados. No caso do uniforme escolar, vale lembrar que são repletos de significados e portadores de história.

1.2 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Observa-se que a produção em torno do uniforme escolar reflete sua relação com a moda, com as identidades da instituição e do aluno, com os usos que dele se faz. Por outro lado, o uniforme é visto como elemento disciplinador, diferenciador, homogeneizador e produtor de igualdades visuais. Contudo, não se identificou nenhum estudo que procurasse estabelecer a relação entre o uniforme escolar e a produção social do aluno.

A escola possui uma forma de organização de seu trabalho, ela se compõe de um coletivo de sujeitos que possuem papéis bem distintos e definidos em seu interior. O corpo diretivo, os professores, os funcionários, os pais e os alunos. As hierarquias e distinções fazem parte do seu universo. A vestimenta, enquanto produtora de distinções e de homogeneizações, participa da produção das

diferenças e uniformizações no espaço escolar, à medida que se estabelece uma relação entre indumentária e aluno e entre indumentária e papéis. Quais sentidos da produção social do aluno podem ser analisados considerando o uniforme escolar como um artefato material, cultural simbólico?

1.3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Para responder a problemática proposta, o trabalho será apresentado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, chamado Introdução, expõem-se os primeiros fios tecidos da trajetória profissional desta pesquisadora, na qual se observa a utilização e a imposição do uniforme no contexto escolar, e a inserção desta como aluna do mestrado, formação que possibilitou eleger os autores bases desta pesquisa, experiências que contribuíram para a escolha e definição da temática desta investigação. Na sequência, foram pontuadas temáticas significativas da revisão bibliográfica, apresentou-se o debate feito pela literatura, elaborando um quadro sobre a temática e situando a problemática de pesquisa.

No segundo capítulo, “Uniforme escolar: um artefato simbólico e representativo da cultura escolar”, aduz-se a indumentária enquanto elemento constitutivo da cultura e do cotidiano escolar, a fim de compreendê-lo como um artefato simbólico e representativo dos diferentes papéis sociais. Pensar o significado das roupas nas práticas cotidianas dos homens é adentrar o campo simbólico das representações. O uniforme é entendido como um código de leitura social, uma vez que o vestuário é, também, o responsável pela construção social da identidade dos diferentes sujeitos. Por este caminho, o que se propõe é pensar o significado do uniforme escolar enquanto partícipe da produção do que é ser aluno, considerando as mudanças e permanências do repertório indumentário da escola.

No terceiro capítulo, intitulado “A rede municipal de ensino de Maringá: o que o uniforme tem a dizer sobre a produção social do aluno”, refere-se à história do uso obrigatório do uniforme no município de Maringá no contexto educacional recente. São analisados os modelos dos uniformes no período de 1999 a 2006

estabelecendo uma reflexão sobre estes e a produção social dos alunos do início do século XX.

2. UNIFORME ESCOLAR: UM ARTEFATO SIMBÓLICO E REPRESENTATIVO DA CULTURA ESCOLAR

A intenção é pensar o uniforme como um elemento da cultura escolar que possui um poder simbólico e representativo no espaço escolar. Direcionar as lentes para o vestuário escolar, particularmente ao uniforme dos alunos, é pensá-lo como código de leitura social, no qual, “só podem ser entendidos em termos de comunicabilidade” (ROCHE, 2007, p.513). Assim: “a história da roupa ajuda a desafiar os modos de classificação habitualmente empregados: o popular e o erudito, o dominado e o dominante, o rico e o pobre, a cidade e o campo, a criação e o consumo, o real e o imaginário” (ROCHE, 2007, p. 505).

Para Serafim:

Ter a indumentária como um objeto de análise é um fenômeno social completo, pois apresenta, simultaneamente, um discurso histórico, social, cultural, etnológico e tecnológico e, pode apontar, também, para uma linguagem religiosa, na aceção de um sistema de comunicação. (2013, p.71)

Nesse sentido, o uniforme escolar é um artefato que permite problematizar o papel social do aluno, enquanto sujeito que pertence exclusivamente ao contexto escolar e que incorpora um papel muito diferente da criança ou do adolescente. Para Crane (2006), o vestuário é responsável pela formação de identidade dos diferentes sujeitos sociais: “O vestuário, sendo uma das formas mais visíveis de consumo, desempenha um papel da maior importância na construção social da identidade” (p.21).

Pensar o objeto roupa e as suas relações requer inferir que, ao fazer uso das roupas, o homem se constitui como ser social e cultural. Assim, há de se concordar com a afirmação de Linke, para quem:

O vestuário é visto não apenas como produto do seu tempo, mas como elemento que auxilia na construção das relações sociais [...] portanto, ele está sujeito a códigos específicos referente ao período e ao grupo social, bem como a sua forma de utilização (2013 p. 90).

As roupas, como artefatos, criam comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas as afirmem. Por outro lado, as roupas podem ser vistas como um vasto reservatório de significados passíveis de serem manipulados e reconstruídos de forma a acentuar o senso pessoal de influência (LINK, 2013; CRANE, 2006).

A palavra indumentária é definida como a arte do vestuário. Nos estudos de Bonadio (2013), a indumentária é definida como “tudo aquilo que reveste o corpo, bem como as roupas e acessórios produzidos em determinado momento” (p. 7). Popularmente, a indumentária é conhecida como vestimenta, roupa ou traje, e ela permitiria a inclusão de um indivíduo em grupos sociais, possibilitando a construção de identidades coletivas. Para Godart:

Ao escolher as roupas e os acessórios, os indivíduos reafirmam constantemente sua inclusão ou sua não inclusão em certos grupos sociais, culturais, religiosos, políticos ou ainda profissionais. A moda é “relacional”. Cada indivíduo pode ter múltiplas identidades, que podem ser públicas ou privadas, formais ou informais e revelam-se quase sempre contraditórias. Essas identidades nunca são, todavia, puramente individuais, mas sim coletivas. A moda é uma produção e uma reprodução permanente do social (2010, p. 36).

Percebe-se que a indumentária é pensada como um sistema de marcas e de sinais e significados que expressam uma identidade. Os significados são conceitos ou representações e não as coisas “reais” propriamente ditas. O significante são as palavras formadas para designar os conceitos. Os significados e significantes formam um sistema porque ele só tem sentido em relação a outros signos (GODART, 2010).

Por este caminho, o que se propõe é pensar o significado do uniforme escolar enquanto partícipe na produção do que é ser aluno. Ao analisar o uniforme escolar como elemento do repertório indumentário da escola, isso permitirá acessar os papéis sociais, os modos de viver e de se diferenciar no âmbito da cultura escolar. Entende-se que o traje é revelador de comportamento, pensamento, significado e de cultura. Para Godart (2010):

Os indivíduos e os grupos sociais enfatizam sua inclusão social, quer ela seja econômica ou estatutária, entre outras, por meio de processo de descrição identitária. Isso porque a

identidade social não é imediatamente perceptível, exceto em alguns casos específicos, como no momento em que sinais identitários são levados no próprio corpo e são visíveis para todos os que observam. (p. 24)

Godart destaca que a moda se nutre desses sinais identitários, pois é a partir deles que se desenvolvem seus fenômenos fundamentais de imitação e de diferenciação. Além de ser um elemento essencial na construção identitária dos indivíduos e dos grupos sociais, as roupas, por exemplo, são elementos reveladores da posição estatutária dos indivíduos e dos grupos sociais. Entretanto, o status social não é o único componente das identidades individuais e coletivas, existem os mecanismos sociais que subentendem a construção identitária além da dinâmica estatutária. Neste sentido, é preciso considerar um conjunto significativo de práticas e de representações que identificam e caracterizam os grupos de indivíduos nos diferentes campos culturais (GODART, 2010).

Da mesma maneira, Calanca (2008) afirma que a indumentária está presente nas práticas culturais e cotidianas auxiliando na construção de identidades, revelando individualidades e evidenciando trajetórias culturais entre os diferentes grupos. Neste sentido:

A veste como elemento que nos possibilita conhecer o “outro” indica também uma ligação entre indivíduo e sociedade, principalmente porque o entrelaçamento entre os componentes individual e social tornam-se claros na presença de outros elementos: o corpo. (CALANCA, 2008, p.17)

É possível observar que o repertório indumentário e as escolhas indumentárias feitas são carregados de significado sociocultural. Neste sentido, “é possível perceber como as roupas e o revestimento do corpo em geral assumem o social quantificado no tempo pelo costume, pela tradição o significado social estabelecido pelo sistema da moda” (CALANCA, 2008, p. 22).

O estudo do uniforme escolar oportuniza pensar nos costumes históricos e de como é possível caracterizar determinada sociedade. Ele define, ao mesmo tempo, individualidades e diferenças e serve como ferramenta de legitimação do grupo social, no caso, o grupo “alunos”. O “vestuário constitui uma indicação de como as pessoas, em diferentes épocas, veem sua posição nas estruturas sociais

e negociam as fronteiras de status” (CRANE, 2006, p. 21). Por outro lado, as roupas também são utilizadas como forma de controle social:

Frequentemente, exigia-se que as pessoas se vestissem de maneira tal que indicassem aspectos específicos de sua identidade social. Durante o século XIX, esse aspecto do vestuário tornou-se mais e mais evidente, à medida que novos uniformes e roupas profissionais foram substituindo formas tradicionais de vestimenta. (CRANE, 2006, p. 136)

Assim, fazer uso de uniformes está diretamente relacionado a uma identidade social na qual se inclui e se identifica o sujeito que o utiliza. Para Godart (2010, p.131):

A moda pode ser pensada como um fato social total que navega entre imitação e diferenciação, entre indivíduo e sociedade, e os vestuários portadores dos significados que os indivíduos utilizam para suas “reparações” identitárias.

A indumentária é, assim, vestida de significados, poder, costume e status. O traje é marcado como expressão do indivíduo e de sua cultura. Na opinião de Roche (2007), “os costumes são portadores de história, pois [...] permitem definir a identidade de uma sociedade, de um país, de uma região, tudo por meio dos costumes das roupas e das maneiras de viver” (p. 39).

O fazer roupa para cobrir, revestir, trajar ou fantasiar faz parte da história e da arte do vestuário. Portanto, é possível afirmar que a indumentária é guiada por valores sociais de cada época: “Veste-se para se destacar uns dos outros, veste-se de acordo com o poder econômico das classes e veste-se para o conforto e a praticidade dos dias de hoje” (CALANCA, 2008, p. 28).

Varias são as maneiras de se vestir e de se posicionar socialmente, a cultura diz muito sobre a roupa, alimentação, moradia e o funcionamento social, ela é responsável por firmar a identidade, entre os sujeitos e, ao mesmo tempo, estabelecer distinção entre as nações.

2. 1 O UNIFORME ESCOLAR COMO ARTEFATO SOCIAL E ELEMENTO DA CULTURA MATERIAL

A palavra cultura, em latim *colere*, diz respeito ao cuidado e a uma identidade multicultural que as nações assumem. No dicionário Aurélio, o conceito cultura é definido como “o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade” (FERREIRA, 1986, p. 508).

A cultura define-se como:

todo complexo de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais, que distinguem uma sociedade ou um grupo social. Não só incluem as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (LINKE, 2013, p. 87)

A partir do conceito de cultura, é possível classificá-la como material e imaterial. A princípio, a proposta do estudo das roupas e do uniforme escolar, em particular, como um elemento da cultura material, assemelha-se ao estudo arqueológico, em que se busca entender as culturas e os modos de vida de determinados povos, a partir dos artefatos e análise voltada aos vestígios materiais. Dentro destas perspectivas de investigação, é necessário pensar nos elementos que se denominam como cultura material.

Roche (2007) indica que os objetos não podem ser reduzidos a simples materialidades, mas devem ser colocados em redes de abstração e sensibilidades essenciais à compreensão dos fatos sociais.

Na opinião do autor, “os costumes são portadores de história, pois substituem as instituições e permitem definir a identidade de uma sociedade, de um país, de uma região, tudo por meio dos costumes, das roupas, e das maneiras de viver” (ROCHE, 2007, p. 39). Vestir-se, trajar-se, são ações que fazem parte de um conjunto de atividades corriqueiras da vida cotidiana que, muitas vezes, são naturalizadas por fazerem parte de uma rotina usual, aparentemente sem importância. No entanto, “o ato de vestir transforma o corpo, e essa transformação não se refere a um único significado biológico e fisiológico, mas múltiplos significados, como, por exemplo, o religioso, estético e psicológico” (CALANCA, 2008, p. 17).

Com base nas leituras de Calanca (2008), percebe-se que as roupas e os objetos com os quais cobrimos o nosso corpo são as formas por meio das quais os

corpos entram em relação com o mundo externo a eles. A roupa, enquanto uma linguagem do corpo, diz respeito à pessoa que a veste. Vestir-se constitui uma maneira de manifestação do indivíduo, é um costume praticado por diferentes sociedades.

Enquanto valor simbólico, a vestimenta representa costumes e práticas sociais que estão presentes na vida das pessoas, no estilo de vida, nos hábitos culturais, denotam grupos específicos, status e organização social. Os objetos da cultura se materializam enquanto forma, construção e conservação. Podem ser significados na medida em que olhamos para as coisas e a eles atribuímos funções. Assim:

Entre os diferentes objetos, destaca-se o vestuário como elemento significativo e comunicativo presente nas práticas culturais, apresentando uma função específica enquanto elemento tradicional, que traz consigo uma carga ritualística e simbólica (LINKE, 2013, p. 85).

Discutir os papéis dos objetos ou a origem de suas necessidades é adentrar nas questões históricas, é pensar nas tradições culturais e nos diferentes grupos que compõem a sociedade.

Cada grupo social possui suas próprias características e particularidades que o diferencia dos demais, que o torna possível de uma cultura específica. No entanto, mais do que entender esse conceito, é necessário compreender a relação entre ele e os elementos que compõem essas práticas (LINKE, 2013, p.86).

O universo cultural constitui-se das práticas culturais e das representações simbólicas dos diferentes elementos pertencentes à cultura. A indumentária produz uma linguagem visual, cada cor, cada adorno tem um papel e uma função significativa (LINKE, 2013).

O figurino de um ator, a roupa de um dançarino, a fantasia da passista, o vestido da baiana, os trajes do padre, do monge; embora pertencentes a culturas totalmente diferentes, todos eles possuem uma linguagem e uma simbologia específica, são construídos para expressar algo, marcam uma realidade social e cultural (LINKE, 2013, p. 94).

A identificação permite ao sujeito expressar sua identidade, é algo que o caracteriza e, ao mesmo tempo, o diferencia do mundo a sua volta. Ela se faz no processo, pelo sentido social de pertencimento que o sujeito constrói.

Ao compreender a identidade como processo de construção de significados, cabe aos grupos selecionar as mais variadas informações para construí-la. Nesse processo, são feitas escolhas, renegam-se valores e comportamentos e admitem-se outros (LINK, 2013). À vista disso, os alunos, enquanto um grupo de sujeitos da cultura escolar, possuem uma identidade que os diferencia dos demais. Esta identidade se faz a partir da construção de significados na própria prática. Buscar compreender a relação entre a categoria aluno e os elementos que compõem, na prática, a definição dessa identidade, coloca-se como desafio para esta pesquisa. Na perspectiva de Lonza (2005):

Os uniformes ou fardas sempre tiveram, ao longo da história, o objetivo de marcar a identidade própria e particular de grupos, categorias, associações, clubes, agremiações, times, classes sociais, estudantes. Na sociedade atual, os exemplos se multiplicam: todos conseguem identificar um jogador de futebol pela vestimenta que usa, assim como o funcionário da telefônica, o guarda de trânsito, o jogador de futebol, de basquete, de vôlei, o médico, o padre e até o Papai Noel (p. 17)

A tese da uniformização, proposta por Lonza (2005), parte do princípio do estabelecimento de agremiações ou confrarias. Da mesma maneira, a indumentária possibilita a distinção. Segundo Lonza (2005), a sociedade indígena que vivia no Brasil utilizava, como uniforme oficial, a nudez e eventuais pinturas no corpo, e os diferentes graus hierárquicos da tribo eram marcados pelo uso de acessórios diferenciados, dos quais, penas de cores, braceletes, colares, cocares e espécies diferentes de acessórios se faziam presentes.

A verdade é que conscientemente ou não as pessoas que vivem numa sociedade têm tendência natural de se agrupar em pequenos grandes subgrupos com ideais ou gostos semelhantes, que partilham dos mesmos objetivos, nem que seja para jogarem bridge, dama, ou xadrez, colecionar selos, moedas, borboletas ou discutir ideologias (LONZA, 2005, p. 21).

O uso de uniformes em diferentes segmentos e grupos de indivíduos, ao destacar um status social, realiza uma separação em grupos de forma visível. Fazer

uso de uma vestimenta que o identifica em uma função social específica é compactuar, consciente ou inconscientemente, com a ideia de padronização e uniformidade, e realizar o “apagamento visual” de individualidades e subjetividades.

As duplas distinção/diferenciação X imitação/uniformização parecem estar na base da discussão da indumentária em geral e do uniforme escolar, em particular. Em outras palavras, Roche adverte:

Não há nada menos uniforme do que uniforme, que reflete tanto o desejo de distinção quanto o de consenso; esses desejos se manifestam nas mudanças que podem ser observadas nos regulamentos e decretos, nos quais se especificam variações de forma e cor, e na diversidade dos signos, com vistas a atingir maior eficácia (2007, p 245).

Por traz da norma, existe um ideal que é prescrito e, quando aprovado, mobiliza o uso dos uniformes no espaço escolar, isso é regra, uma vez que existe, em muitos sistemas de ensino, uma prescrição legal para o seu uso. Em outros casos, a obrigatoriedade de uso do uniforme é prescrita no regimento escolar.

Roche (2007) lembra que existe uma passagem entre a prescrição e a utilização dos uniformes, isso implica considerar as operações realizadas pelos usuários no cotidiano escolar. O autor considera que “uma coisa são os decretos que descrevem e regulamentam os uniformes nos mínimos detalhes, outra é a realidade do cotidiano, em que a aplicação dos textos esbarra constantemente nas necessidades práticas” (p. 232). Feita essa ressalva, interessa adentrar na compreensão do que vem a ser a produção do aluno.

A uniformização das roupas nos diferentes ambientes é necessária, à medida que “as roupas revelam uma relação com as aparências exteriores, das quais se manifesta espírito de representação” (ROCHE, 2007, p. 162).

Dessa forma, o uniforme escolar pode ser compreendido como elemento de composição e de distinção social: em meio aos códigos e hábitos indumentários há de se considerar que existe uma cultura das aparências que determina comportamentos e revela identidades ocultas.

A cultura das aparências é antes de tudo uma “ordem”. Para compreendê-la, é necessário aprender a linguagem que permite a comunicação num domínio estranho e, portanto, mobilizador do

imaginário, em que o espiritual e o material se misturam com uma força particular (ROCHE, 2007, p. 513; grifo do autor).

O uniforme, em conjunto com os procedimentos da disciplina escolar, não deve ser visto apenas em termos de submissão, imposição, ou de instrumentalidade ideológica. Ele cria, por meio da educação, uma história, esculpe um personagem e afirma sua posição social.

Os uniformes, em sua funcionalidade, almejam a imitação, a identidade coletiva, a homogeneização, a diferenciação, a legitimação do grupo, a eles são atribuídos um valor simbólico.

Nesse sentido, a indumentaria sinaliza diferenças entre os diferentes papéis sociais ocupados e reafirma a identidade social. A identidade aparece diretamente associada à profissão sociológica do aluno, uma vez que o uniforme constitui a imagem profissional criada.

2.2. ALUNO: UM OFÍCIO SOCIAL APRENDIDO NA ESCOLA

O estudo do uniforme escolar se coloca como um caminho para avaliar a construção do aluno no âmbito da cultura escolar. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra “aluno” vem do latim *alumnus*, que significa “pessoa que recebe lições de um mestre; discípulo, escolar” ou “pessoa que faz parte de uma comunidade, de uma organização ou corporação” (FERREIRA, 1986, p. 508).

De forma simbólica, o aluno não é a criança. Quando a criança passa a fazer parte de uma instituição escolar, ela passa a ser regida por um conjunto de convenções, de normas e regras que diferem do seu ambiente familiar. A incorporação dessas convenções transforma a criança na categoria social de aluno (MILSTEIN e MENDES, 1999).

É importante dizer que uma categoria social não é algo natural, ela é aprendida socialmente. Isso equivale a dizer que ninguém nasce aluno, mas se transforma em um. A intenção é refletir sobre a relação entre a categoria social aluno e o uso do uniforme escolar. Dito de outra maneira: Como podemos pensar

o uniforme como um artefato que produz o aluno? Ou: O que o uniforme pode dizer sobre a produção social do aluno?

Para a existência da categoria aluno, foi preciso o reconhecimento social do papel da instituição escolar e da educação. O Centro de Formação das Nações Unidas, em Portugal⁴, disponibiliza documento, de acordo com o qual, os países membros da ONU comprometem-se com os Direitos da Criança. Entre outros parâmetros, o comprometimento de, por meio da educação, imbuir na criança o respeito aos direitos humanos.

Considerando que importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade (ONU, 1989, p. 1).

Assim, a condição da criança, enquanto sujeito de direitos e deveres, está assegurada por leis nacionais e internacionais, nas quais são anunciados direitos, cuidados e assistências prioritárias aos que são imaturos. De acordo com o artigo 27 do documento: “Os Estados reconhecem à criança o direito a um nível de vida suficiente de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social” (ONU, 1989, p. 10).

Os mesmos direitos já estavam previstos na Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamada pela resolução 1386 (XIV), no dia 20 de novembro de 1959, em Assembleia Geral das Nações Unidas, os quais reivindicam a proteção e a promoção de direitos humanos à criança.

A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade (ONU, 1995, p. 1).

É assegurado, também pela Declaração, o pleno desenvolvimento humano da criança, por meio da escola, sendo esta responsabilizada por imbuir o senso de responsabilidade social à criança e ao adolescente:

⁴ Documento assinado em Nova Iorque, aos 20 dias do mês de novembro de 1989, pelos respectivos plenipotenciários dos países membros.

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la, em condições de iguais oportunidades, desenvolver sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade (ONU, 1995, p.1).

Tais medidas evidenciam também o progresso social. No caso do Brasil, é garantido em termos de direitos e deveres sociais, o que é declarado pela Constituição Federal de 1988, no Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, p. 5).

Com relação aos direitos sociais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, é o maior exemplo de superação alcançado por movimentos sociais. O documento universal que garante igualdade social foi promulgado pelas Constituições de vários países em prol do bom andamento da vida em sociedade. A Constituição Federal do Brasil garante os direitos fundamentais:

Art. 6º [...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 12).

O que está assegurado enquanto direitos individuais e coletivos às crianças e aos adolescentes são reafirmados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n 8.069 de 13 de julho de 1990), o qual prevê, com absoluta prioridade, a proteção integral da criança e do adolescente, enquanto pessoas em desenvolvimento. O direcionamento que é dado à infância, neste documento, é de que os pequenos sejam tratados como cidadãos, sendo respaldados na garantia de proteção integral e prioritária. No artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, lê-se:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (BRASIL, p. 16, 2017).

Sob os mesmos direitos sociais dos adultos, a partir do ideal constitucional de tratamento de condições igualitárias e, ao mesmo tempo, prioritários, se faz a concepção de infância. É papel do adulto garantir às crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, os direitos sociais.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.148).

A concepção que se tem de criança e adolescente, na legislação brasileira, é de sujeitos cidadãos em desenvolvimento. No artigo segundo do Estatuto da Criança e do Adolescente: “considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos” (BRASIL, 1990 p. 11).

Entendidos como conquista social, os direitos civis e políticos implantados na sociedade possibilitam que as crianças, dentro da condição equânime que a própria sociedade estabelece, sejam educadas desde o seu nascimento para que se saibam sujeitos de direitos (Código Civil - Lei 10.406/2002. BRASIL, 2016, p. 46).

A educação, enquanto prática cultural partilhada e integrada como herança e direito social, é desejável a todos os cidadãos, conforme já previsto na Constituição Federal.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida, incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1998, p. 137).

O ensino escolar, enquanto um direito público, é desenvolvido por meio de instituições próprias e tem por finalidade, conforme é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, em seu artigo 22, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, p. 17).

As instituições escolares, enquanto espaços de formação e desenvolvimento humano, ajustam o sujeito dentro de um processo de organização social, inculcando costumes e valores sociais. No que diz respeito à infância, as imagens sociais que são reproduzidas e recriadas no âmbito das relações sociais, familiares e escolares, são variadas e mutáveis nas culturas e nos diferentes grupos sociais. Em cada um de nós se misturam imagens delas, que têm suas próprias histórias. Cada uma dessas representações adquire um peso e uma relevância específicos na visão geral que os adultos têm das crianças e dos adolescentes. A mistura dessas imagens constitui a lente através da qual se atribui um valor ao que as crianças são e ao que elas representam para nós, os adultos. São imagens que persistem na cultura, e essas visões determinam a importância, o comportamento e os sentimentos que desenvolvemos em relação a elas (SACRISTÁN, 2005).

Se não podemos separar o sujeito de sua existência concreta, então reconhecemos que a infância é o que as crianças vivem, ainda que não seja uma etapa idêntica para todos. Os sujeitos “criança”, primeiro, os “adolescentes” e o “jovem”, mais tarde, são considerados como seres necessitados de condições que favoreçam seu crescimento pessoal, na medida em que são separados da vida dos adultos (SACRISTÁN, 2005, p.102).

As etapas de ser criança foram consideradas, também, como um tempo oportuno para o progresso, até mesmo, um período de emancipação, em que a criança é o que ainda não é, e ainda não tem as condições de ser o adulto; aquela que não é de todo inteligente, madura, responsável, disciplinada ou útil para o trabalho. É possível explicar por que os adultos consideram que é preciso abandonar a infância, desinfantilizar-se, e superá-la, assumindo a forma mais plena de ser, o ser adulto. Adquirir “a maturidade se limita a “matar” a criança que uma pessoa carrega dentro de si” (SACRISTÁN, 2005, p. 44).

Para Sacristán, o sujeito se percebe e percebe os demais a partir das imagens que, relativas a diferentes segmentos de idade, contêm ideias sobre o que é ser criança, o que pode chegar a ser ou como chegou a ser. Essas imagens se projetam, tornando-se operativas, nas formas de como conduzir a criança e o adolescente como filhos, estudantes, cidadãos, companheiros etc. (2005). Segundo o autor, esses papéis criam um *hábitus* que dirige as percepções e gera as expectativas sobre o que se espera das crianças e dos adolescentes. Assim, “o

processo de individuação e a percepção da singularidade de cada um se realiza em contraste com os “outros”; em primeiro lugar com os adultos” (SACRISTÁN, 2005, p. 78).

Estar escolarizado é uma forma de proteger e assegurar a condição humana e de viver de maneira independente no meio social. Também diz respeito a uma condição social concedida às crianças e aos adolescentes.

A escolaridade é também um fato na paisagem social de nossas formas de vida, é também uma forma organizada de continuar a dependência familiar dos menores e se constitui em um rito de passagem, naturalizada na vida dos indivíduos. (SACRISTÁN, 2005, pp. 48- 49).

O processo de escolarização advém de uma ordem social que prevê e hierarquiza as diferentes etapas da vida e atribui determinadas funções sociais aos sujeitos, a depender do lugar que ocupam. A ordem diz respeito à identidade, ao “quem é quem”, e as atribuições indicam o que cada um pode fazer em relação à liberdade e ao papel social que desempenha. Tal ordenação dispõe sobre formas, crenças, comportamentos, normas e expectativas recíprocas que os adultos e as crianças se aplicam entre si (SACRISTÁN, 2005).

Manter a consistência do uso das regras é tarefa exclusiva da escola. Prezar pela valorização do comportamento individual e coletivo faz parte de sua rotina, os alunos têm como obrigação respeitar os códigos de conduta estabelecidos. Cabe ao regimento escolar materializar tais regras.

Para Perrenoud, a criança exerce sua profissão sociológica em liberdade vigiada, a criança escolarizada não é livre de gerir ao seu gosto, a sua dupla filiação. Pais e professores desejam controlar, na criança, seus impulsos, interesses e sua responsabilidade. A criança é socialmente definida como um ser dependente, imaturo, considerada incapaz de conduzir a sua vida de maneira autônoma, de escolher a melhor forma de ocupar tempo, ou tecer, por si própria, um trabalho e uma disciplina (PERRENOUD, 1995). Nesse sentido, cabe pensar que “essa preocupação diante da heterogeneidade da experiência escolar deve nos levar a um entendimento diversificado sobre o que significa ser aluno como indivíduo singular e como subconjunto” (SACRISTÁN, 2005, p. 126).

A palavra ofício pode ser compreendida como função social, a ideia operacionalizada por Perrenoud é que cada um tem um papel determinado na sociedade. A peculiaridade do trabalho do aluno é também reconhecida como útil pela sociedade. “Idealmente ofício do aluno consiste em aprender, o do professor informar. Denominado, a primeira vista, um de aprendiz e o outro de formador” (PERRENOUD, 1995, p. 16).

O trabalho escolar é uma atividade exclusiva, preparada para a criança e para o adolescente, ele demanda tempo e requer a participação dos escolares. O aluno ocupa um lugar central na incorporação dos códigos sociais e no que se refere à manutenção da ordem social,

O trabalho escolar não é como os outros, no sentido em que aquilo que produz prestará serviço a alguém, regularizará um problema verdadeiro, ou enriquecerá o patrimônio [...] a sua principal razão de ser, em princípio, é a de favorecer ou a de consolidar aprendizagens (PERRENOUD, 1995, p. 69).

O processo de escolarização criou uma profissão sociológica: o aluno. Sua condição social, ou seja, a sua identidade coletiva, que ele recebe dentro dos muros da escola, explicita uma figura sociológica na qual crianças e adolescentes são vistos.

Falar de um lugar social atribuído à infância e a adolescentes é reportar-se a um lugar exclusivo e prioritário, diferente do lugar ocupado pelo adulto. A criança, enquanto ser humano em fase de crescimento, aprende. “As etapas do desenvolvimento da criança inscrevem-se numa forma de saber psicológico padronizado que define e garante a normalidade social desse desenvolvimento” (BOUVIER, 2005, p. 393). Logo, é a partir das representações sociais, do convívio e de uma decisão coletiva que as crianças serão orientadas em termos de conduta.

A ideia de infância é repleta de significados produzidos por diferentes sociedades e é caracterizada como uma faixa etária da vida que carece de cuidados e requer um tratamento diferenciado nos diversos cenários sociais. Crianças e adolescentes são identificados como alunos e aprendizes das normas, dos direitos e deveres impostos pelas instituições sociais.

Os indivíduos vivem no interior de um grande número de diferentes instituições, que constituem aquilo que Pierre Bourdieu chama de

“campos sociais” tais como: as famílias, os grupos de colegas, as instituições educacionais, os grupos de trabalho ou partidos políticos. Nós participamos dessas instituições ou “campos sociais” exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material e, na verdade um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos (WOODWARD, 2007, p. 30).

A criança e a infância são categorias construídas para identificar e diferenciar um grupo de sujeitos que possuem características comuns. Falar em criança não é falar em aluno, uma vez que a categoria aluno está associada à prática de escolarização e requer o cumprimento de uma função social. Para Woodward (2007, p.30), não é difícil perceber que “os sujeitos são posicionados diferentemente em diferentes momentos e em diferentes lugares de acordo com os diferentes papéis sociais que ocupam”.

Em todas essas situações, podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros de forma diferente em cada um desses contextos (WOODWARD, 2007, p. 30).

A posição que a pessoa ocupa quando escolhe a sua identidade é marcada por uma interação social com o outro, assim, o processo de construção dessa identidade é caracterizado a partir da forma que os próprios sujeitos se veem. O sentido do “eu”, em relação à identidade, dirá sobre o contexto em que o sujeito está inserido e sobre os valores que lhe são atribuídos. Conforme Woodward:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e o sistema de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (2007, p. 17).

Os discursos e as representações constroem lugares sociais nos quais os indivíduos se posicionam. Os sujeitos investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem. Trata-se de uma dimensão que, juntamente com a simbólica e o social, é necessária para uma completa conceituação da identidade.

Todos esses elementos contribuem para explicar como as identidades são formadas e mantidas (SILVA; HALL; WOODWARD; 2007). Para Perrenoud:

Qualquer grupo social, minimamente duradouro e organizado, constrói a sua própria cultura, ou seja, um conjunto de saberes, de saber-fazer, de regras, de valores, de crenças, de representações partilhadas, que contribuem para afirmar a sua identidade coletiva e o sentimento de pertença de cada membro e para permitir o funcionamento estável do grupo ou da organização (1995, p. 62).

As identidades são construídas dentro do discurso, em locais históricos e institucionais específicos. As identidades são também marcadas pelas posições que o sujeito é obrigado a assumir, muito embora, como representação, elas não sejam idênticas aos sujeitos nelas investidos (SILVA; HALL; WOODWARD, 2007).

O aluno é uma construção social inventada pelos adultos ao longo da experiência histórica, porque são os adultos, pais, professores, cuidadores, legisladores ou autores de teorias sobre a psicologia do desenvolvimento, que têm o poder de organizar a vida dos não adultos. Assim:

Sem que isso possa ser evitado, representamos os menores como seres escolarizados de pouca idade. As imagens obtidas são projetadas nas relações que mantemos com eles, na maneira de vê-los é de entendê-los, do que esperamos de seu comportamento diante das indicações que lhes fazemos de determinadas situações (SACRISTÁN, 2005, p.11-12).

Desse modo, pode-se afirmar que o aluno diz respeito a uma categoria social criada historicamente e que sofre mutações ao longo do tempo. O grupo é formado, fundamentalmente, por crianças e adolescentes, embora não apenas, que assumem uma identidade social e se constituem em agentes sociais no âmbito escolar. Nas palavras de Perrenoud:

qualquer ofício modela, por sua vez, aquele que exerce as normas, os métodos e os rituais fixados pelas organizações humanas, contém o melhor, e o pior; podem estiolar, esterilizar o pensamento, mas libertam-no também da preocupação de todos os dias recriar condições de trabalhos e modos de coexistência, para que cada um se possa concentrar no essencial: como criar o novo a partir do velho (1995, p. 208-209).

Qualquer ofício modela os que nele adentram e seguem suas normas. Assim, o ofício de aluno é instruir-se e, ao mesmo tempo, aprender, porque, na realidade, o aluno não é um adulto completo: “ser aluno foi e continua sendo uma experiência e uma condição social fundamentalmente dos menores, que deu a eles presença e identidades, como classe social diferenciada e reconhecida” (SACRISTÁN, 2005, p. 105).

Ser criança nada mais é do que assumir uma identidade atribuída aos seres humanos, na infância. As crianças e os adolescentes escolarizados, assim como as demais categorias criadas socialmente, representam um papel social. As crianças posicionadas no papel de alunos fazem com que a escola e a sociedade as identifiquem como tal. Isso gera expectativas e deveres a cumprir. Ninguém nasce aluno, mas aprende a ser. A escola é o grande lócus de desenvolvimento desse papel.

No próximo capítulo, apresenta-se uma análise específica dos uniformes das escolas da rede municipal de Maringá, que será desenvolvida com base em fontes documentais. Isso permitirá debates sobre o objeto central dessa dissertação.

3. A OBRIGATORIEDADE DO UNIFORME NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARINGÁ E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ALUNO

Neste capítulo, apresenta-se o uniforme escolar no contexto maringaense no período de 1999 a 2006, momento em que seu uso se torna obrigatório e significativas mudanças foram implementadas em suas peças. Entende-se que os uniformes escolares são repletos de significados e portadores de história. Por essa razão, este indumento foi analisado, no capítulo anterior, como artefato cultural, material e simbólico. Aqui, pretende-se analisar o uniforme e identificar elementos que auxiliam a produção social do aluno no início do século XXI. Iniciam-se as reflexões a partir de apontamentos da história da educação no município de Maringá, entre o final do século XX e início do século XXI, evidenciando os principais acontecimentos que o marcaram.

3.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Na década de 1980, tem início um período de redemocratização política no Brasil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação ocupa lugar de preocupação, com ênfase na promoção de sua qualidade, “uma das metas principais deste desse governo era reorganizar a escola pública e assegurar o acesso ao ensino gratuito para todos” (MARINGÁ, 2010b, p. 29).

Naquele momento, novas ideias e projetos educacionais circularam em muitas direções. A defesa dos direitos de todos à educação, fundamentada no reconhecimento das diferenças e na defesa dos direitos humanos, ganha impulso e é possível identificar avanços significativos em termos de sua garantia pela lei.

A Constituição Federal, em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8069/90, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, são exemplos do aprofundamento na compreensão e do alargamento da garantia da educação. Também nesse período, debates e documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e a

Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), influenciaram a formulação de políticas públicas na luta pela universalização do ensino.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, por exemplo, assume o princípio de igualdade como um de seus objetivos fundamentais e a proteção ao direito social da educação. O artigo 205 define a educação como um direito de todos e o artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como princípio, bem como o dever do Estado na oferta do atendimento educacional. Os dispositivos da Constituição irão influenciar toda legislação educacional a partir de então. Esta contempla a educação como um direito social público de uma forma como nunca antes fora contemplada na história brasileira (SAPIO, 2010), e, pelo seu alcance e abrangência, exigiu legislação complementar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, dentre outras mudanças, possibilitou uma ampliação das diversas modalidades de educação existentes, como a modalidade da educação integral e da educação de jovens e adultos, além da modalidade de educação a distância. A nova LDB determina, entre outras questões, que a educação infantil passe a integrar a educação básica. Assim, a educação infantil, destinada a crianças de zero a seis anos, atendidas em creches e pré-escolas, ao fazer parte da educação básica, transforma-se em obrigação de oferta pelo Estado e direito da criança. Segundo a LDB 9394/96, no “Art. 89. As creches e pré-escolas existentes [...] deveriam no prazo de três anos, a contar com a data de publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino” (BRASIL, 1996, p. 53).

A LDB ainda aponta para a ampliação gradativa da jornada escolar para tempo integral que também foi estabelecida entre as décadas de 1997-2007 (MARINGÁ, 2010b, p.29). O debate sobre a implantação de escolas de tempo integral se intensificou, seu objetivo era oportunizar um maior tempo e diversidade de aprendizagens às crianças, tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino. É possível identificar que escolas de tempo integral foram implantadas em todo território nacional, contudo, “de forma diferenciada em cada região, sendo consideradas suas diversidades” (MARINGÁ, 2010b, p.30).

Ainda neste contexto de novas políticas, o “Plano Nacional de Educação”, criado em 2001, teve como principal objetivo a erradicação do analfabetismo. A oferta faz parte de um compromisso social de democratização do ensino e do

acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na escola. Como pode ser observado na meta de nº 2: “Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos” (BRASIL, 2001, p.19). Meta de nº 1: “Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo” (BRASIL, 2001, p.41). E Meta de nº 21:

Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente (BRASIL, 2001, p. 24).

Observa-se que o contexto educacional desse período foi marcado por muitas iniciativas no sentido de recolocar problemas, que não eram atuais, mas que ampliam a noção de acesso à educação, e criar condições para melhorar a qualidade de ensino no Brasil. O tom do debate era criar condições para um melhor e maior acesso, de permanência e de melhor resultado.

É neste contexto de ampliação da noção de democratização do ensino que se pretende analisar o uniforme escolar. Um período marcado por interferências da modística nos trajes escolares, uma moda que difere dos trajes de estilo marinheiros, ou das roupas sociais, que vestiam as crianças do século XVIII, XIX e parte do XX.

Pensar o tempo presente exige um olhar em retrospecto, um diálogo entre passado e presente, um exercício entre o que fomos e o que nos tornamos. O uso do uniforme, por exemplo, foi considerado um recurso de controle muito antigo, para disciplinar comportamentos e controlar a conduta dos alunos dentro do espaço escolar. No início do século XX:

O aluno tinha que honrar as cores, o nome, tradição, O símbolo da escola onde estivesse (...) Em segundo lugar, vinha a disciplina: *sine qua non* que o aluno começasse a se engajar no contexto social através de aceitação de imposições regulamentares, para que se acostumassem desde logo a obedecer às regras de convívio da sociedade (LONZA, 2005, p. 22).

Pelas descrições apontadas por Lonza (2005), é possível interpretar que o uso do uniforme, no início do século, contribuía com a produção social de um aluno

disciplinado, cumpridor das prescrições, com valores morais ligados à tradição, conhecedor e respeitador das hierarquias, ordeiro, reconhecedor da importância das instituições sociais, como a escola. no entanto, o contexto do final do século XX e início do século XXI se diferem daquele. resta analisar quem é o aluno que se pretende construir e como a cultura material, no caso, o uniforme, contribui para este fim.

3.2 PRESCRIÇÕES E USOS DO UNIFORME ESCOLAR EM TEMPOS DE DEMOCRATIZAÇÃO

O debate sobre o uso do uniforme escolar é recorrente na Câmara Federal no final do século XX e início do XXI, sendo uma temática que divide opiniões. Com objetivos distintos em cada projeto, o que chama a atenção é o número de projetos de lei federal que foi colocado em debate, mas que não encontraram êxito e foram arquivados posteriormente. Entre 1992 e 2008, localizamos três Projetos de Lei que intencionaram regulamentar, em âmbito federal, o uso do uniforme. Deste debate, o que interessa observar são os argumentos levantados na defesa ou não do seu uso.

Nos argumentos de defesa do uso do uniforme, identifica-se a ideia de “vestir os alunos da Pátria”, uma ideia que pode ser observada em momentos anteriores na história do uniforme. Ou seja, um princípio que permanece, em que se permite “apenas o uso de símbolos, bandeiras ou palavras que forem as oficiais das escolas, dos municípios, dos Estados ou do Brasil” (BRASIL, 2007, p. 2). A utilização dos símbolos nacionais teria a ideia de instituir “desde a tenra idade, nas escolas públicas, o salutar culto da bandeira nacional” (BRASIL, 2008, p.1).

Para “vestir os alunos da Pátria”, a proposta foi que a União criasse o “Programa Nacional de Uniforme Escolar” que pudesse custear as despesas, fornecendo uma vestimenta completa a todos os estudantes. A proposta era de criar:

Art. 1º [...] a obrigatoriedade de uso de uniformes estudantis padronizados nas escolas públicas de todo o País, para os alunos da educação básica, da pré-escola ao ensino médio, com exceção dos matriculados em cursos de educação de jovens e adultos, sendo o seu uso facultativo, na modalidade de educação indígena (BRASIL, 2007, p.1).

As propostas de instituir a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas em âmbito federal foram recusadas por serem consideradas inadequadas financeiramente. Contudo, os argumentos da relatoria para a não aprovação de projetos dessa natureza merecem destaque. Assim argumenta um relator:

Milhares de crianças em idade escolar estão impossibilitadas de frequentar a escola por não disporem de dinheiro para o transporte, de alimentação para manterem a condição física e psíquica necessária para aprender, do material didático escolar, indispensável ao desenvolvimento do trabalho escolar. Em muitíssimos casos o que impede a frequência à escola é a falta de recursos para comprar o uniforme exigido pela escola, sem o qual o aluno não tem permissão para entrar no estabelecimento [...]. (BRASIL, 1992, p.2).

Para o relator, não há coerência entre, de um lado, a instituição do ensino obrigatório e gratuito, e, por outro, exigir, de quem não tem recursos, que compre o uniforme para que seus filhos possam frequentar a escola, proibindo a entrada de quem não o tivesse. Conforme a relatoria, o uniforme escolar não passa de um mero artefato social, para equalizar as aparências dos alunos no ambiente escolar, além de ser considerado um obstáculo, para o ingresso de alunos carentes à escola.

Pedagogicamente o uso do uniforme escolar não tem qualquer efeito positivo sobre a aprendizagem. Do ponto de vista social apenas dá a falsa ideia de que os alunos são iguais por estarem uniformemente vestidos quando, na verdade, têm personalidades e necessidades muito diversas, que requerem cuidados diferenciados por parte dos sistemas escolares, a fim de poderem sair da escola com suas potencialidades desenvolvidas ao máximo (BRASIL, 1992, p.2).

A intenção do “apagamento” das diferenças sociais não traria benefícios, na visão do relator, uma vez que essa prática, ao padronizar aparências, tende a igualizar necessidades formativas diferentes. Nesse sentido, é preciso considerar

o que pode ser uma forte marca da cultura brasileira: a realização da inclusão com a preocupação do “apagamento” ou da minimização das diferenças sociais existentes no país. Essa não é a prática em outros países, como afirma o relator, “deve-se notar também que em países desenvolvidos, como Estados Unidos da América e França, os escolares não usam uniformes” (BRASIL, 1992, p.2).

No âmbito federal, na tensão dessa disputa, o que foi prescrito na legislação sobre o uso do uniforme escolar é dado pela Lei nº 8.907, de 06 de julho de 1994. A medida não impõe o uso obrigatório do uniforme escolar em âmbito nacional, mas prevê, no Art. 1º, que as “escolas públicas e privadas, da Rede de Ensino do País, que obrigam o seu uso [...] não podem alterar o modelo de fardamento antes de transcorridos cinco anos de sua adoção” (BRASIL, 1994, p. 1). Como critérios para a escolha do uniforme, as instituições devem levar “em conta as condições econômicas do estudante e de sua família, bem como as condições de clima da localidade em que a escola funciona” (BRASIL, 1994, p.1).

A decisão do uso ou não do uniforme, bem como as cores e símbolos que estarão neles representados não é uma preocupação no âmbito federal. Ao torná-lo facultativo, ou seja, de decisão das demais esferas do sistema de ensino, sentiu-se a necessidade de criar parâmetros para que isso pudesse ocorrer. O argumento de cunho econômico para a não alteração frequente dos modelos dos uniformes vem acompanhado da ideia de que “a mesma peça poderá resistir a esse tempo com eventuais reparos em costureiros para acompanhar o crescimento físico da criança, podendo ainda servir para o uso de outro membro da família ou ser doado” (BRASIL, 3.174, p.4).

No Estado do Paraná, o que foi prescrito no ano de 2004, em termos de legislação sobre a utilização do uniforme escolar, é dado pela Lei Estadual nº 14.361 de 19 de abril de 2004. A Lei decretada pela Assembleia Legislativa altera a redação do Art. 3º da Lei nº 7.962 de 23 de novembro de 1984, a qual proibia, “em todos os estabelecimentos da Rede Estadual de ensino, a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar” (PARANÁ, 1984, p. 1). A nova redação para a Lei Estadual 7.962/1984 passou a vigorar com a seguinte determinação:

É de competência dos Conselhos Escolares e das Associações de Pais e Mestres de cada Escola Pública Estadual a decisão quanto à obrigatoriedade do uso do uniforme escolar e o estabelecimento

das regras relativas a sua adoção, garantindo-se a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (PARANÁ, 2004, p. 1).

Segundo a nova redação dada pela Lei do Paraná:

Os Conselhos Escolares, as Associações de Pais e Mestres de cada Escola Pública Estadual que decidirem pela obrigatoriedade do uso do uniforme escolar e o estabelecimento das regras relativas à sua adoção, garantindo-se a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (PARANÁ, 2004, p. 1).

O Estado do Paraná não determina a obrigatoriedade quanto ao uso do uniforme no âmbito escolar e atribui, a partir de 2004, essa competência aos Conselhos Escolares e às Associações de Pais e Mestres de cada escola pública estadual. Assim, cabe a essas instâncias utilizar de sua autonomia na decisão de obrigar ou não o uso do uniforme. Tais resultados são advindos de uma participação coletiva entre comunidade escolar e equipe diretiva da escola.

Com relação ao município de Maringá, no ano de 1999, foi instituída a obrigatoriedade do uso do uniforme para as escolas da rede municipal de ensino. Vale destacar que, nesse mesmo período, vigorava a proibição de seu uso em escolas da rede estadual de ensino, conforme mencionado anteriormente. A Lei Municipal nº 4816/1999 tornou obrigatório o uso da camiseta branca com emblemas nas escolas municipais. A Lei que foi aprovada na gestão do prefeito Jairo Gianoto (1997-2000)⁵ é de autoria do então vereador Belino Bravim Filho.

Segundo a norma, “fica obrigatório o uso da camiseta branca, com o emblema dos respectivos estabelecimentos escolares, conforme modelo determinado pela Secretaria Municipal de Educação” (MARINGÁ, 1999, p. 1). As exigências municipais estão de acordo com o que é prescrito na Lei Federal nº 8907/1994, a qual prescreve que o “uniforme [...] só poderá conter, como inscrição gravada no tecido, o nome do estabelecimento” (BRASIL, 1994, p.1).

Também foi previsto que “o poder executivo doará duas unidades do uniforme referido [...] por ano letivo apenas aos alunos comprovadamente carentes

⁵ Período conturbado e marcado por duas ações de desvio de dinheiro público na cidade de Maringá, por atos de improbidade, por parte da administração do período. Foram comprovados desvios de R\$ 3,150 milhões contra os cofres públicos do município de Maringá (Folha de São Paulo, 2000 s/p).

cuja renda não exceda a três salários mínimos” (MARINGÁ, 1999). Quanto ao financiamento das camisetas, foi definido que:

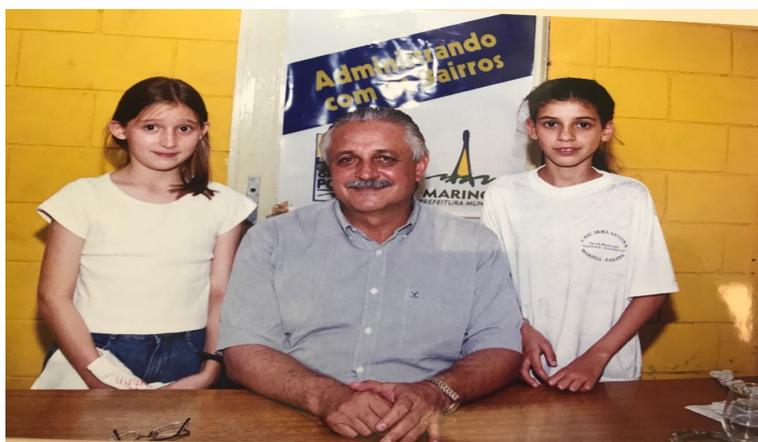
o chefe do poder executivo ficou autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial da ordem de 15.000,00 (quinze mil reais), utilizando, para a sua cobertura, um dos recursos definidos no art. 43, §1º, da Lei nº 4320/64 (MARINGÁ, 1999, p.1).

Ainda com relação à aquisição do uniforme escolar, no mesmo ano, foi firmado um compromisso entre a Secretaria Municipal de Educação e empresas públicas e privadas, com o objetivo da doação do mesmo. A Lei nº 4.955, de 08 de dezembro de 1999, prevê “a adoção de escolas da rede pública municipal por empresas públicas ou privadas” (MARINGÁ, 1999, p. 1), conforme previsto na norma de autoria do vereador Ulisses Maia:

Art. 2 A adoção tem por finalidade: I- doação de material didático pedagógico; II- Doação de uniforme escolar III- Manutenção e reforma do próprio municipal; IV Doação de equipamentos e utensílios; V- Oferecimento de tratamento médico; VI- Oferecimento de tratamento odontológico; e VII- Distribuição de medicamentos (MARINGÁ, 1999, p. 1).

Com a obrigatoriedade instituída no município, é importante observar, a partir do que as fontes permitem, como ocorria o uso dos uniformes no município.

Figura 1 – Visita do Ex-prefeito ao CAIC - 1999



Fonte: Arquivo da Escola Municipal Profª Nadyr Maria Alegretti.

Esta fotografia do ano de 1999 foi localizada no acervo da prefeitura do município de Maringá. O documento foi preservado pelas gestoras da Escola Municipal Professora Nadyr Maria Alegretti, enquanto memória, juntamente com outras recordações do patrimônio.

A imagem registra a visita do prefeito Jairo Gianoto (1997-2000) à escola no ano de 1999. Neste contexto, fazia parte de sua política o programa: “Administrando com os bairros” que funcionava por meio de visitas itinerárias aos bairros e escolas, com o objetivo de ouvir os estudantes e seus familiares. De acordo com a prática do programa, “os estudantes podem fazer perguntas, criticar ou pedir melhorias. Depois de toda a estrutura montada a administração faz visitas à região e, no período da tarde, atende moradores na escola” (LONDRINA, 2008 s/p).

Por meio da mobília e dos objetos que aparecem na imagem, é possível identificar que o ambiente escolhido para a fotografia se trata de um local reservado, no espaço escolar, para que fosse possível atender os alunos e a comunidade. A intenção do prefeito em se representar de forma informal pode ser observada por sua maneira de se vestir. Por meio da expressão facial das alunas, é possível identificar que elas não se sentem à vontade ao lado do representante máximo do poder executivo. A importância dada ao asseio pode ser observada, houve um cuidado para que as alunas estivessem asseadas. As duas meninas aparecem trajando uma camiseta branca e limpa, no caso, a aluna que aparece do lado esquerdo da imagem utiliza uma camiseta branca lisa, e a da direita aparece uniformizada.

O que a imagem permite interpretar? Pode-se propor uma interpretação que trabalhe com ideias que podem ter um senso oposto, mas que se complementam: uma aparência informal, mas bem cuidada; um poder máximo, mas popular; uma simplicidade no espaço, mas como bom funcionamento. Nessas oposições aparentes, chama atenção o fato de que tenha sido escolhida, para a pose da foto, uma aluna que não utilizava o uniforme prescrito como obrigatório. O que isso pode revelar? Que as práticas escolares, em seu cotidiano, não seguem à risca as prescrições, uma vez que outros elementos são conjugados em sua dinâmica rotineira de funcionamento? Que a obrigatoriedade do uniforme teria se equilibrado numa linha frágil pela própria polêmica que seu uso instala? Que a cultura escolar

possuía uma tradição herdada e que, portanto, isso colocaria um parâmetro para a flexibilidade do uso do uniforme escolar?

A intenção não é responder a essas questões, ao menos nesse momento. Pretende-se balizar uma reflexão sobre o uso do uniforme. Duas outras imagens são agregadas para a reflexão. Trata-se de um evento no espaço escolar, com um público de aproximadamente 150 alunos que aparecem sob o cuidado de seis professoras. As fotos se referem ao mesmo evento, mas apresentam ângulos diferentes, do meio para a esquerda, e do meio para a direita.

Figuras 2 e 3- Uniforme dos alunos do CAIC – 1999



Fonte: arquivo da Escola Municipal Profª Nadyr Maria Alegretti.

Com base nos objetos e mobília da imagem, pode-se identificar que o espaço se trata de uma biblioteca: os pequenos cartazes de silêncio, os livros e as prateleiras têm muito a dizer sobre esse rico espaço, que impõe disciplina, cuidado e silêncio. A biblioteca compõe o espaço físico da escola, ele é reservado para pesquisas e estudos, contudo, é possível ser observado como um espaço de pequenas apresentações culturais, configurando-se num lugar de informação, de cultura e de lazer. A presença do violão indica uma apresentação, com música, em que foram reunidas crianças de várias salas no mesmo espaço.

A expressão das crianças é bem variada: os alunos aparecem pensativos, outros, com olhar atento, sorridentes, alguns quietos e bem-comportados. Expressões que podem revelar o envolvimento, no momento da foto, com o contexto da apresentação. Uma cena tipicamente escolar e que possibilita observar o uso do uniforme de um grande número de crianças ao mesmo tempo.

É possível perceber que a maioria das crianças não tinha o uniforme com o emblema da escola. Há um grande grupo de alunos utilizando uma camiseta branca lisa. Foi possível quantificar de forma aproximada que, dos 150 alunos observados na foto, 113 utilizam a camiseta branca, 12 utilizavam-na com emblema da instituição, e aproximadamente 27 estavam sem uniforme. Estes últimos usam vestidos, regatas, blusinhas e camisetas estampadas. Além das roupas, identifica-se o uso de outros itens indumentários, como sapatos, chinelos, rasteirinha, tamanco, tênis, sandálias, relógio, óculos, colar, arquinho, tiara e amarrador de cabelo.

Ainda que o uniforme pudesse ser doado pela escola aos alunos com menor poder aquisitivo e, da mesma maneira, doados por empresas às demais crianças, como mencionado anteriormente, não é possível precisar com que frequência os uniformes eram recebidos e nem quantos alunos foram beneficiados. Da mesma maneira, não é possível afirmar que quem está sem uniforme na foto não o possuía. É possível verificar uma quantidade significativa de alunos utilizando apenas a camiseta branca, sem o emblema da escola, levando a intuir que ela permitia o uso da camiseta branca. Também pode ser identificado que o uniforme não era utilizado por 100% das crianças o tempo todo.

Uma outra fotografia compõe as fontes do período em discussão. A imagem foi localizada no acervo de fotografias da Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures.

Figura 4 – Uniforme Escolar da Escola Municipal Diderot Alves – 2001

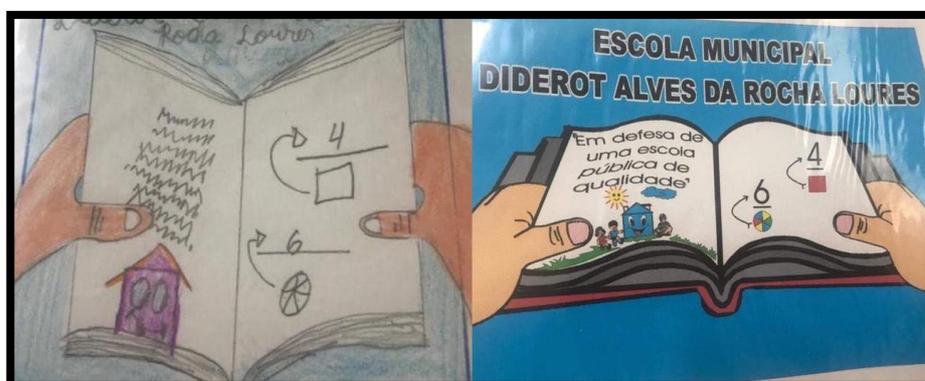


Fonte: Acervo Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures.

Com base na imagem fotográfica acima, observa-se que, no grupo de 31 alunos, apenas três crianças não estão com o uniforme da escola. Vale destacar que o contexto da foto é de uma visita à Câmara Municipal de Maringá, os alunos foram posicionados em frente ao local para o registro. Esta fotografia pertence ao acervo da escola e compunha um conjunto de três imagens, uma em frente ao paço municipal (poder executivo) e outra em frente ao fórum (poder judiciário). É possível que se trate de uma visita aos três poderes, a fim de conhecerem os locais de funcionamento destes no município. Este assunto é tema curricular para os alunos do terceiro ano do município.

O emblema estampado na camiseta é bastante peculiar, com base na lei de obrigatoriedade de 1999, em que os uniformes das escolas deveriam ser uma camiseta branca, com o símbolo de suas respectivas unidades escolares. Conforme informação contida no acervo de fotografias da escola, no dia 03 março de 2001, a Escola decidiu, junto com os pais, as questões referentes à adesão ao uso do uniforme escolar, mantendo o mesmo do ano anterior, mas inserindo um emblema na camiseta. A instituição mobilizou os alunos para a criação de um símbolo que representasse a Escola Diderot. Os alunos de primeira a quarta séries criaram um desenho que foi escolhido para representar a escola. Esses desenhos passaram por uma votação, entre professores e funcionários, vencendo a criação de um aluno do segundo ano. O desenho foi representado de forma gráfica, conforme a imagem abaixo.

Figura 5 – Desenho do emblema da escola - Início da década de 2000



Fonte: Arquivo da Escola Diderot Alves da Rocha Loures.

O símbolo criado pela criança faz alusão a elementos da cultura material e pedagógica da escola, como o caderno ou o livro, a escrita associada a um desenho e operações matemáticas. Este desenho foi transformado em símbolo da escola e impresso nas camisetas brancas do uniforme, como é possível observar na imagem acima.

Como interpretar que a quase totalidade dos alunos utilizavam a camiseta de uniforme com o emblema da escola? Seria pelo fato de estarem numa atividade extraclasse e que situações dessa natureza teria uma maior exigência por parte da escola? Ou ainda, seria por um maior cuidado por parte das famílias, visto que a saída para um espaço externo da escola requer maiores cuidados para a segurança das crianças? Seria ainda pelo fato de as crianças sentirem uma maior identidade com um uniforme do qual eles participaram da concepção? Mais que responder a essas perguntas, intenciona-se refletir que os motivos podem ser variados e complementares ao mesmo tempo.

É possível afirmar, até aqui, levando-se em consideração esse primeiro conjunto de imagens, que o uso do uniforme não era uma novidade para a década de 1990. A história do uniforme evidencia que essa prática foi instituída no processo de institucionalização do ensino e possui uma longa trajetória. Percebe-se que, na década de 1990, em Maringá, embora a lei definisse como obrigatório o emblema da escola, o uso de uma camiseta branca lisa era frequente.

É importante trazer à memória que a camiseta branca fez parte da história do uniforme escolar e pertence ao imaginário da grande maioria dos sujeitos que estudaram em escola pública no final do século XX. As imagens observadas evidenciam que, na falta da camiseta com emblema da escola, a camiseta branca foi convencionalizada como uma peça “curinga”, uma peça aceita pela escola. E por quê? Não há uma única resposta para essa questão. O branco na peça superior dos uniformes é uma herança vinda da tradição dessa cultura material escolar: blusas brancas, aventais brancos, guarda-pós brancos e camisetas brancas. A cor branca pode ser interpretada como uma das permanências existentes na materialidade dos uniformes que atravessou gerações. A cor agrega elementos favoráveis, como, por exemplo, a sua discricção, neutralidade e higiene.

É possível identificar também que a primeira lei de obrigatoriedade do uniforme no município faz uma exigência que pode ser considerada modesta. Ela

restringia-se ao uso de camiseta, não havendo exigência em relação à calça, bermuda, saia e calçados. Essa exigência moderada evidencia duas tensões: de um lado, a preocupação com a dificuldade de aquisição do uniforme pelas famílias e, por outro, da própria prefeitura que iria custear essas despesas para as crianças de famílias de baixo poder aquisitivo. Inserida no contexto de debate do direito à educação para todos, e do dever dos poderes públicos não só de promovê-la, mas de garantir a permanência e desenvolvimento dos alunos, a obrigatoriedade é sempre uma via de mão dupla.

O uso do uniforme desempenha uma função equalizadora importante na cultura brasileira que procura não explicitar as diferenças sociais no espaço da escola pública. A literatura destaca que a uniformização dos estudantes, por meio da vestimenta, no contexto da democratização do ensino, procurou minimizar as diferenças sociais que estariam mais evidentes sem o seu uso (MARCON, 2010; MALMANN, 2015; SILVA, 2006). No entanto, o interesse pela materialidade do uniforme, nesta pesquisa, liga-se ao fato de que, como um artefato cultural e simbólico, ele também ensina e participa da construção social do aluno.

No contexto do final dos anos 1990, foi possível distinguir uma preocupação em promover a participação dos alunos, usuários do uniforme, na própria concepção da peça. A iniciativa da escola que mobiliza seus alunos em torno de um concurso para escolha do emblema da escola tem muito a dizer sobre as práticas escolares e a construção do sentimento de pertença. No entanto, essa prática sofrerá mudanças, como se verá a seguir.

3.3 O PRIMEIRO UNIFORME PADRONIZADO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Na Gestão José Cláudio⁶ e João Ivo Caleffi (2002-2004), foi criado, pela administração, o primeiro modelo de uniforme padronizado para todo o município de Maringá. A proposta foi pensada para vestir a todos os alunos da rede municipal

⁶ José Cláudio faleceu no ano de 2003, vítima de câncer, sendo o poder executivo da Prefeitura assumido pelo vice-prefeito João Ivo Caleffi, que era professor, filósofo e historiador. Ele assume o cargo e mantém a mesma secretária de Educação.

de ensino de forma igual. No novo modelo, houve uma mudança significativa na *logo*⁷ ou emblema, os alunos passaram a utilizar uma camiseta não mais com a identificação de uma escola, mas da rede municipal de ensino. Uma camiseta branca, em tecido de malha e ribana⁸, foi escolhida para receber as cores da bandeira do município. Com mangas vermelhas e amarelas e com o brasão do município gravado no peito, o novo modelo de uniforme passou a constituir a nova aparência dos alunos da rede municipal a partir do ano de 2004. O desenho abaixo permite observar os elementos escolhidos para compor a camiseta do uniforme.

Figura 6 - Representação do primeiro uniforme padronizado da Rede Municipal de Ensino



Fonte: ilustração do modelo de – 2004.

Ao comparar a camiseta de uniforme de 1999 com a de 2004, é possível identificar uma mudança significativa. A camiseta de malha e ribana brancas e emblema da própria escola foi substituída pela de mangas vermelhas e amarelas, com detalhe colorido na ribana e com a bandeira do município de Maringá como novo emblema. Este modelo passou a circular nas escolas da rede municipal de Maringá, sendo o mesmo baseado nas cores da bandeira do município.

Figura 7- Bandeira do Município de Maringá

⁷ A logo pode ser formada por letras ou símbolos. Identifica ou representa uma entidade. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Logotipo> . Acesso em 06.03.2020.

⁸ A ribana é um tecido elástico sanfonado que serve como arremate de decotes e punhos.



Fonte: Maringá, 1964.

A descrição das características da bandeira e do seu significado pode ser observada na Lei Municipal nº 333, de 09 de novembro de 1964; por meio da norma, ficam oficializados o brasão de armas e a bandeira do município de Maringá.

Bandeira em três faixas horizontais, com o Brasão de Armas (...) colocado à direita do mastro. A primeira faixa em branco (preta) simboliza a candura (paz), a segunda, em amarelo (ouro) simplifica força; a terceira, em vermelho (golas), representa intrepidez. (MARINGÁ, 1964, p.1)

Os símbolos criados para Maringá, como o brasão de armas e a bandeira, participam de uma prática social que objetiva representar um coletivo por meio de elementos que enalteçam virtudes percebidas ou desejadas. Os símbolos também são utilizados para representar o coletivo dentro e fora de seu próprio território.

É possível interpretar que o novo emblema escolar carrega a intenção de um duplo jogo de pertença. A dos alunos, porque se veem como participantes de uma estrutura maior que a sua própria escola. E o da prefeitura, uma vez que assumira, naquele contexto, como a única responsável pela educação das crianças do pré-escolar e da primeira fase do ensino fundamental. O município vivia o processo de municipalização do ensino.

O processo de municipalização era incentivado pelo governo do Estado do Paraná desde 1991. Em 1993, 81 % dos municípios do Estado já haviam aderido ao termo cooperativo de municipalização. A partir de 1995, essa iniciativa ganhou

novo fôlego, com a adesão dos municípios de Londrina e Maringá. A municipalização do ensino feita pelo Governo Federal a partir de 1997 encontrou, no Paraná, um solo fértil para a sua concretização, uma vez que já havia se iniciado bem antes (MARINGÁ, 2007). O município de Maringá teve o apoio logístico e financeiro do Estado, que se comprometeu em repassar recursos aos municípios que aderissem à nova política. A Secretaria de Educação, neste período, implantou projetos para reforma e ampliação de escolas municipalizadas.

Assim, incentivado por essa política, no ano de 1999, teve início o processo de municipalização do ensino de Maringá. Gradativamente, o município passou a assumir a responsabilidade administrativa do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino fundamental, primeira a quarta séries,⁹ ofertados pelas escolas estaduais. A primeira instituição de ensino a ser municipalizada em Maringá foi o Colégio José de Anchieta, no ano de 1999.

Assim, a municipalização reconfigura a rede de ensino. Escolas que antes eram estaduais passaram a pertencer ao município. É o início de uma outra organização que afetará a estrutura de funcionamento em diferentes dimensões. Aqui, pretende-se destacar a importância de se instituir um sentimento de pertença a um coletivo e de sinalizá-lo de forma visual e material. O município deseja sinalizar o pertencimento da escola e de seus alunos à rede e o faz por meio da institucionalização de um uniforme padronizado.

O modelo foi pensado a partir das cores da bandeira do município. Da mesma maneira, a obrigatoriedade do uso do uniforme requer o compromisso do município em fornecê-lo para as famílias de baixo poder aquisitivo. Neste aspecto, observa-se que houve uma mudança de encaminhamento. Anteriormente, a doação do uniforme se restringia às famílias com renda menor que três salários mínimos. No ano de 2004, a administração municipal entregou, a todos os alunos da rede municipal de Maringá, um kit escolar, com bolsa, camiseta e o material básico. A entrega dos kits escolares foi feita no mês de maio, pelos próprios professores. Os alunos receberam, além da camiseta, uma bolsa de cor preta, com o bolso vermelho e bandeira estampada, mantendo a preocupação de sinalizar a

⁹ Atualmente, com a expansão do tempo da educação básica, o município assume o pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano.

pertença ao município, e também uma combinação entre mochila e uniforme escolar.

O uso do novo uniforme pode ser visualizado na fotografia abaixo. A imagem foi localizada no acervo de fotografias da Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures. Trata-se do registro de uma atividade comum de sala de aula que ocorreu no ano de 2004, ou seja, o ano em que teve início o uso do uniforme registrado na imagem. Além das cores da bandeira, foram estampadas, em letra caixa alta, as identificações: “Escola Municipal de Maringá” e “Rede Municipal de Ensino”.

Figura 8 - Uniforme dos Alunos da Escola Municipal Diderot Alves – 2004



Fonte: Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures.

A foto registra uma atividade de sala de aula. Conforme informação contida no acervo de fotografias da escola, trata-se de uma exposição de trabalho do 2º encontro dos representantes de turmas das escolas da rede municipal de Maringá. À frente da lousa, é possível identificar o grupo de representantes da Escola Diderot Alves, ao lado de duas mulheres, segundo a atual equipe diretiva da escola, uma professora e uma orientadora educacional. Os trabalhos orientados foram noticiados por um jornal, no ano de 2004. Observa-se que, do grupo de 18 alunos registrados na imagem, apenas dois deles estão sem uniforme escolar.

A fotografia abaixo também data do ano de 2004. Ela foi encontrada no acervo pessoal de uma professora, lotada na prefeitura do Município de Maringá, o

documento foi preservado, pela educadora, juntamente com outras recordações pessoais. A fotografia é o registro dos alunos de uma série, e de sua professora, da Escola Municipal Professora Nadyr Maria Alegretti.

Figura 09- Uniforme dos Alunos da Escola Nadyr Alegretti – 2004



Fonte: Acervo pessoal de uma Professora da Escola Nadyr Maria Alegretti.

Na imagem, a professora aparece vestida informalmente, com uma calça jeans e uma regata branca. É possível identificar que, no grupo de 21 alunos, apenas quatro estão usando o uniforme. Ou seja, 17 alunos(as) usam roupas comuns, como camisetas estampadas, algumas meninas usam saias, vestido e blusinhas.

Como não foi possível identificar em que contexto o registro foi realizado, não é possível intuir o motivo do não uso do mesmo. Todavia, é importante destacar a flexibilização existente por parte da escola, uma vez que, mesmo as camisetas de uniforme sendo doadas, nem todas as crianças faziam uso regularmente.

Quanto ao espaço físico, há indícios de que se trata do pátio da escola, o piso largo, a parede e o quadro de energia indicam um ambiente externo da sala de aula. O pátio é um dos espaços físicos escolhido para fotos de turma, considerando a sua luminosidade e amplo espaço, propício para melhor disposição do grupo. Trata-se de uma foto planejada em que todos fazem pose para o seu registro.

Na imagem abaixo, uma atividade em sala de aula, todos os alunos estão utilizando o uniforme.

Figura 10 - Uniforme dos Alunos da Escola Municipal Diderot Alves – 2005



Fonte: Arquivo da Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures.

Como última imagem desse bloco, a fotografia acima data do ano de 2005. Ela foi encontrada no acervo de fotografias da Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures. Trata-se de uma atividade pedagógica, em que os alunos estão organizados em um grupo de 10 alunos. É possível visualizar a utilização do uniforme por todo o grupo, além da identificação de cada um por meio de crachás. A atividade de pintura, embora desenvolvida em grupo, é realizada de forma individual.

Deste segundo conjunto de imagens, destaca-se que a padronização do uniforme na rede do município ocorreu no contexto do processo de municipalização de todo o atendimento pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino fundamental. A exigência de uniforme continuou a se restringir ao uso da camiseta e o município passou a oferecer o uniforme a todas as crianças, independente do poder aquisitivo. A entrega do kit foi realizada pela própria professora da turma. Ainda, que as cores do primeiro uniforme padronizado buscaram inspiração nas cores da bandeira do município. Em registros de atividades em sala de aula, observa-se um número significativo de alunos utilizando o uniforme, mesmo que seja observada a sua não utilização por outros. Além disso, em registros dos alunos na escola, é

possível observar a não utilização do uniforme, identificando uma flexibilização em seu uso.

3.4 O SEGUNDO MODELO DE UNIFORME PADRONIZADO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O segundo modelo de uniforme padronizado começou a ser utilizado no ano de 2006, ou seja, apenas dois anos após o início do uso do primeiro modelo. A mudança ocorreu na administração do prefeito Silvio Magalhães Barros II (2005-2008), que teve como secretários da educação a professora Norma Deffune Leandro (2005-2006) e o professor Manuel Gomes (2007-2008). Como argumento em defesa de tal iniciativa, foi divulgado que “a administração entende que o mesmo é indispensável, o uniforme possibilita [...] que o aluno seja identificado em atividades fora da escola” (MARINGÁ, 2006, p.38-39). Seguindo a mesma linha de argumentação, o da importância da identificação, destaca-se que “o uniforme garante a segurança dentro das escolas, evitando assim que pessoas estranhas tenham fácil acesso à unidade” (MARINGÁ, 2006, p. 39).

É importante lembrar que, nesse período, foi sancionada a Lei Federal nº 11.114/2005 que alterou os artigos 6º, 30, 32 e 87 da LDB. Ela tornou obrigatório o ensino de nove anos, com o início aos seis anos de idade (MARINGÁ, 2010a, p.33). No Paraná, foi a deliberação 03/2006 do Conselho Estadual de Educação que estabeleceu tal obrigatoriedade (MARINGÁ, 2007). Paralelamente à implantação do ensino de nove anos, a rede municipal começou uma cessação do ensino de quinta a oitava série que, com a municipalização, passou a ser atendido pelo Estado, permanecendo somente nas escolas rurais (MARINGÁ, 2010a, p.33). Assim:

a implantação do ensino fundamental de 9 anos teve início em 2008 com primeiro ano, em 2009 com os 1º e 2º anos, em 2010 com os 1º, 2º e 3º anos; em 2011 com os 1º, 2º, 3º e 4º anos e em 2012 finalizamos o processo pois a Rede Municipal de Ensino de Maringá atenderá todos os anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental de Nove Anos (MARINGÁ, 2012, p. 24).

Nas escolas, houve o processo de reelaboração das propostas pedagógicas, bem como a elaboração do currículo para o ensino de nove anos nas áreas afins. Os estudos pertinentes a didática foram revistos dentro da pedagogia histórico-crítica que embasa a proposta do município de Maringá (MARINGÁ, 2010a).

Vale destacar que as mudanças se implementaram num processo gradual e que exigiu planejamento prévio, atravessando gestões diferentes do poder executivo. É importante clarificar que a lei que obriga a mudança para o ensino foi instituída em 2005, obrigando os sujeitos responsáveis pela gestão do ensino, nos diferentes Estados da federação, a colocarem em debate a questão e a planejarem a sua prática. Assim, o contexto era de mudança, de alterações na estrutura em virtude da municipalização, já sinalizada acima, e de organização para a nova estrutura de nove anos.

Em meio a essas preocupações, o município decide alterar novamente o seu modelo de uniforme padronizado. A proposta do novo uniforme escolar foi organizada por meio de um concurso chamado “Maringá In Moda”. O concurso foi instituído no ano de 2005, para definir o novo uniforme escolar dos alunos da rede municipal de ensino no ano de 2006. Uma nova coleção foi pensada para vestir e constituir uma nova aparência aos alunos. Houve uma mudança significativa, referente ao número de peças que compõem o uniforme, cores e simbologia. O novo emblema estampado deixa de ser a bandeira do município e passa a ser o brasão de armas da cidade de Maringá.

Figura 11: Brasão de Armas da Cidade de Maringá



Fonte: Maringá, 1964.

Segundo o Art. 1º, da Lei nº 332/64, de 9 de novembro de 1964, o Brasão de armas da cidade de Maringá é constituído por diferentes elementos e oficializado como uma das simbologias do município.

A.1 Escudo português franco-cantão. No cantão direito do chefe uma estrela em ouro significando a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, fundadora do Município. No coração (centro), a lira estilizada (três cordas), em ouro, simbolizando o nome inspirado em uma canção. No extremo, o machado em prata, representando o instrumento usado pelos pioneiros na derrubada das matas, para instalação da cidade. O Cruzeiro do Sul, em prata lembra a Fé Cristã e o espírito de brasilidade. Todas as peças em campo goles (vermelho), símbolo de intrepidez. Na base um listel de prata ostentando os seguintes dizeres de sable (negro): "1947, Maringá - 1952". Como suportes a dextra (direita) e à sinistra (esquerda), respectivamente uma haste de café e uma de trigo. Tudo na sua cor. Encimando o conjunto, com peça máxima, a corral mural de cinco torres, de prata, que é de cidade (MARINGÁ, 1964, p. 1).

O Brasão passa a ser o novo emblema do uniforme escolar. O modelo foi concebido pela finalista do concurso "Maringá In Moda", realizado pelo Centro Universitário de Maringá. O uniforme passou a ser composto por camiseta, bermuda, shorts-saia e agasalho de inverno. A novidade da coleção era o verde em três tons. A combinação das cores foi proposta entre o verde mais frio e um verde mais quente, fazendo alusão à cidade arborizada.

Observa-se uma sofisticação do uniforme escolar que, para a sua concepção, contou com alunos do Curso de Moda da instituição promotora do evento que trouxeram um olhar especializado em moda na criação do indumento. O lançamento da coleção aconteceu no Ginásio de Esportes da instituição promotora, sendo disposto um palco, em forma de passarela, onde vários modelos propostos para o uniforme foram desfilados. O concurso "estimulou a criação de peças mais confortáveis e práticas com novas cores, tecido e bordado tornando-o mais bonito e moderno" (MARINGÁ, 2006, p. 39). Para a coordenadora do evento, "o objetivo do evento foi a renovação e a criação de uniformes mais modernos, em que as pessoas se sentissem bem ao usá-los" (REIS, 2005, p. 4). Os croquis da nova coleção podem ser observados a seguir.

Figura 12: Croquis da nova coleção



Fonte: Seduc, 2007.

Os modelos novos passaram a ser adotados a partir de 2006. No dia 09 de fevereiro de 2006, o prefeito fez a entrega oficial dos uniformes na Escola Municipal Midufo Vada, no Jardim Quebec, com a presença da secretária de educação do município, Professora Norma Deffune Leandro, e demais coordenadores da área da educação do município, profissionais da escola, alunos e pais de alunos. O uniforme contemplou todos os alunos do ensino fundamental de 1^a a 8^a série (antigo 1^o grau).

O kit para os alunos de 1^a a 4^a série é composto por duas camisetas, agasalho e bermuda, e de 5^a a 8^a série é composto por duas camisetas e agasalho. Também compõe o kit material pedagógico, mochila e estojo. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA também receberão material pedagógico, mochila e estojo (MARINGÁ, 2006 s/p).

A Prefeitura doou o uniforme completo a todos os alunos. Em uma análise comparativa entre o uniforme de 2004 e o uniforme de 2006, pode ser identificada a mudança no número de peças acrescentadas à nova coleção. Para justificar essa mudança, a administração municipal argumenta que “o uniforme escolar não pode ser apenas caracterizado pelo uso da camiseta, pois o aluno faz uso de outras peças para frequentar a escola, gerando despesas as famílias” (MARINGÁ, 2006, p 39).

Como mencionado anteriormente, para a escolha do modelo, foi realizado um evento de desfile. Na imagem abaixo, há o registro do momento em que foi anunciado o modelo vencedor.

Figura 13 – Escolha de uniforme escolar pelo concurso Maringá In Moda– 2005



Fonte: Arquivo Pessoal da finalista do concurso “Maringá In Moda” – 2006.

A fotografia pertence a um conjunto de imagens (fotografias 7^a, 8^a e 9^a) que faz parte do acervo pessoal da então estudante de moda, do Centro Universitário de Maringá, que concorreu ao concurso “Maringá In Moda”. O concurso ocorreu no ano de 2005.

Na imagem, é possível identificar cinco pessoas, duas mulheres vestidas informalmente, duas crianças e um homem. A mulher que se veste com uma camisa e calça social é a coordenadora do concurso. A mulher de blusa vermelha e calça jeans foi a ganhadora do concurso e segura nas mãos o certificado de premiação. As duas crianças que aparecem na fotografia não são alunos da rede municipal de ensino. Segundo o regulamento, cada estudante de graduação do curso de moda, que participou do concurso, era responsável por organizar o seu desfile. Assim, esse poderia contratar seus modelos ou se fazer valer de parentes ou conhecidos. Da mesma maneira, a produção de maquiagem, cabelo e acessórios também ficou a critério dos estudantes de moda. E, por fim, o homem que aparece de preto, atrás das crianças, é o antigo coordenador do Curso de Moda. Mais abaixo, aparecem algumas cabeças indicando o público.

A premiação do concurso “Maringá in Moda” aconteceu no dia 31 de agosto de 2005, no Ginásio de Esportes do promotor do evento, com um desfile

apresentado pelos nove finalistas, estudantes do curso de moda. Segundo o documento analisado:

O concurso Maringá In Moda escolheu na noite de quarta-feira [...] uniformes que serão adotados para os funcionários do Estar (Estacionamento Regulamentado) e alunos das escolas municipais de Maringá (REIS, 2005, p. 4).

A escolha do uniforme ocorreu por “uma comissão composta por dez jurados, formada por representantes das escolas municipais, do ESTAR, da imprensa, da prefeitura, do Cesumar e do Sindicato do Vestuário de Maringá” (CESUMAR, 2005, p.11).

Figura 14 e 15 – Escolha de Uniforme escolar pelo concurso “Maringá In Moda” – 2005



Fonte: Arquivo Pessoal da finalista do concurso “Maringá In Moda” – 2005.

As duas imagens registram o momento do desfile na passarela. Do lado esquerdo, uma menina desfila o agasalho feminino, composto por uma jaqueta de gola alta, com mangas em modelo *evasê*, acompanhadas de recorte nas cores verde claro e verde musgo. Pode-se ver um zíper destacável na cor dourada e uma calça *fler*, com recorte, nas mesmas cores da manga, o verde em dois tons, ambos em tecido de helanca, propício para o uniforme da região. Nos pés, vê-se um tênis branco, de uso pessoal, que não pertence à coleção. Como acessório, ela utiliza colar, presilhas e brincos. O desfile da modelagem feminina foi acompanhado de acessórios que chamaram a atenção, como o caderno escolar, um dos itens da cultura material da escola.

Do lado direito, um menino desfila o agasalho masculino, também composto por uma jaqueta de gola alta, de manga reta que possui um recorte na cor verde. O zíper é também destacado na cor dourada, o diferencial é que a calça é reta, com recorte na perna esquerda. O menino aparece calçado com tênis de cor branca e listas pretas que não faz parte da nova coleção. Observa-se a presença de acessório na composição da imagem, o aluno utiliza uma correntinha no pescoço.

Do lado esquerdo das fotos, identificam-se quatro bandeiras: a do Brasil, a do Estado do Paraná, a da cidade de Maringá, e a do Centro Universitário de Maringá (Cesumar). As bandeiras são símbolos representativos de uma instituição e são utilizadas em cerimônias, fundamentalmente, quando se trata de um evento de órgão público. Elas também são utilizadas nos espaços escolares, principalmente, em momentos de eventos cívicos e/ou comemorativos.

Além do uniforme escolar, é possível identificar os objetos desfilados, como a mochila escolar, de cor verde, identificada pelas alças sobre os ombros do menino, e uma bola de futebol. A mochila faz parte dos materiais de uso pessoal do aluno e foi criada para compor o kit escolar no ano de 2006. A bola é um elemento da cultura material escolar, utilizada, principalmente, nas aulas de educação física. Os últimos elementos identificados na fotografia foram um telão de imagens e um púlpito de madeira contendo um microfone, os quais criaram o cenário do evento.

Observa-se que a definição do modelo do uniforme do município transformou-se num evento, que conjugou elementos, como os da moda, não comuns a um órgão público. A esse respeito, o argumento utilizado pelos organizadores foi de que “todo esse cuidado é para que o aluno se sinta mais valorizado [...] goste de usar o novo uniforme” (MARINGÁ, 2006, p. 39). O jornal da cidade anunciou “alunos da rede municipal de ensino e funcionários do ESTAR estarão na moda” (REIS, 2005, p. 4). Vale destacar que a aquisição do novo uniforme escolar significou, no ano de 2006, o custo de 1,4 milhão de reais (MARINGÁ, 2006). É importante observar o uso do uniforme pelos alunos.

Figura 16 – Alunos uniformizados com os dois modelos de uniformes – 2006



Fonte: Acervo Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures

A imagem faz parte do acervo da Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures e foi tirada no ano de 2006. A imagem registrou os alunos dentro da sala de aula, todos aparecem uniformizados. É possível observar, no grupo, uma diferença de uniforme. Dois dos treze alunos aparecem vestidos com o modelo antigo.

Quanto à fisionomia, os alunos aparecem bem sorridentes e batendo palmas. É desconhecido o contexto do registro da imagem. Chama a atenção o fato de que os alunos não estão realizando nenhuma atividade. Quanto ao espaço físico, trata-se de uma sala de aula, como pode ser observado pela materialidade, na disposição das carteiras, mesas, ventilador, janelas, alfabeto, bolsas e estojos.

Figura 17– Alunos uniformizados com o modelo padronizado – 2007



Fonte: Acervo Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures.

Esta fotografia também é parte do acervo da Escola Municipal Diderot Alves da Rocha Loures e foi tirada durante um campeonato de xadrez que aconteceu no ano de 2007. O campeonato foi resultado de um projeto implantado na escola. Além de proporcionar o raciocínio lógico, este tipo de atividade possibilita interação, comunicação e socialização entre os alunos.

Observa-se, nesta imagem, que a maioria dos alunos aparece uniformizado, é possível identificar um de calça jeans. Quanto à fisionomia das crianças, alguns aparecem sorridentes e animados, enquanto outros, sérios e concentrados. Trata-se de um momento lúdico, de conversa e de aprendizado. Quanto ao local de registro da fotografia, trata-se de uma sala de aula, como pode ser observado pelos aspectos de sua materialidade, como a disposição das carteiras, mesas, ventiladores, janelas, alfabeto, bolsas e estojos.

Desse terceiro conjunto de imagens, destaca-se que a mudança no modelo de uniforme padronizado ocorreu com apenas dois anos de implantação do modelo anterior. O contexto educacional era de mudanças na estrutura de organização, com o processo de implantação da municipalização do ensino e da expansão do ensino de nove anos. A exigência de uniformização foi ampliada, anteriormente, restringia-se ao uso da camiseta, e passou a ser composta por camiseta, bermuda, shorts-saia e agasalho de inverno, com distinção para masculino e feminino. O município continuou doando o uniforme, independente do poder aquisitivo das famílias, a entrega do Kit foi realizada pelo prefeito e veiculada na imprensa, as cores foram alteradas, valorizando o verde, que faz alusão à cidade arborizada. Das fotografias de sala de aula, observa-se que a maioria das crianças passou a fazer uso dele, a nova coleção trouxe uma aparência associada à moda, podendo ser comparado aos uniformes de escolas particulares. Ele produziu uma aparência mais requintada e um visual mais homogêneo ao grupo de alunos.

3.5 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ALUNO

Em linguagem coloquial, o aluno comumente é caracterizado como a criança, o adolescente ou jovem que se coloca na condição de aprendiz e frequenta

uma escola. Pensar em termos de uma categoria social é romper com os planos da vida pessoal, não se pensa no desenvolvimento da criança ou do jovem, particularmente, mas no desenvolvimento do aluno.

Assim, quando se fala na produção do aluno, as individualidades ficam diluídas, pois o enquadramento trata de um coletivo que se agrupa por possuir características em comum. Com poder aquisitivo, ou sem poder aquisitivo, a criança, o adolescente, o jovem e o adulto passam a assumir um mesmo ofício dentro do espaço escolar. Ou seja, os sujeitos são enquadrados em uma mesma função sociológica e são caracterizados como aqueles que participam do processo de escolarização. As diretrizes da educação nacional, Lei 9394/96, preconizam que alunos são os diferentes sujeitos dos níveis de escolaridade: pré-escolar, o ensino fundamental, médio e superior (BRASIL, 1996).

Num primeiro momento, a distinção do aluno pode ser realizada pelo seu modo de vestir. O uso de uma vestimenta específica coopera para enquadrá-lo na condição de sua função social e contribuiu com a ideia de padronização e uniformidade. Na medida em que se oportuniza o acesso de todos à educação, as diferenças sociais são reforçadas no espaço escolar. No entanto, quando se trata do enquadramento dos sujeitos a uma categoria social, a de aluno, as individualidades são apagadas. O uniforme participa deste princípio de distinção e também de padronização.

No contexto contemporâneo, o papel social do aluno é revelado no e pelo processo de escolarização, que tem por finalidade o desenvolvimento integral do aluno, a sua formação para a cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). Em sociedades escolarizadas, o aluno é produzido a partir de elementos sociais e da cultura escolar. O seu modelo é idealizado pelos principais documentos oficiais e também pelos projetos institucionais. Sua profissão sociológica, a de ser aluno, está circunscrita a um espaço exclusivo, a escola. Para Perrenoud, o aluno é um sujeito que pratica o seu ofício, a sua maneira, no seio da organização escolar.

O ofício do aluno é a expressão de uma necessidade, que parece indissociável da forma escolar: é encontrar as estruturas capazes de regularmente porem os alunos em atividade com a esperança de que, deste modo, aprendam o que se lhes quer ensinar (PERRENOUD, 1995, p. 206).

O ofício do aluno se liga a estruturas capazes de, regularmente, colocarem-nos em atividades que os façam aprender. O aprendizado que se opera em uma instituição escolar é amplo. Ele se liga ao currículo formal e ao currículo informal, à cultura material e imaterial de seu momento histórico. Nesta pesquisa, o interesse é pela cultura material, de forma particular, o uniforme e de como ele participa da produção do aluno.

Para a compreensão de nosso contexto, uma estratégia é colocá-lo em diálogo com um momento histórico anterior, uma vez que permite observar as diferenças e definir quem se é. É com este objetivo que se fará uma pequena incursão na década de 1930. O tom da expectativa em torno do aluno era produzido a partir das novas exigências desencadeadas pela Constituição Federal de 1937.

Naquele contexto, uma atenção muito especial foi dada à cultura cívica. A valorização do aspecto moral e a regulamentação que exige o uso dos símbolos nacionais pode falar do ideal de respeito à Pátria, de ordem, de disciplina e de bom comportamento dos cidadãos. A obrigatoriedade do ensino cívico em “todas as escolas primárias, normais e secundárias” (BRASIL, 1937, Art.131) intencionava a formação do caráter e mantinha relação com o aspecto de conduta do indivíduo e, ao mesmo tempo, ao ordenamento social.

A cultura material também educou e contribuiu com a produção do aluno comportado, ordeiro, asseado e respeitador da pátria. Com base nas descrições de Lonza (2005), os uniformes eram, em sua maioria, modernos, as mocinhas usavam saias longas, camisas brancas e, algumas vezes, exibiam, no pescoço, fitas e gravatas. Os meninos utilizavam um colarinho postiço que o regulamento considerava indispensável. Os uniformes de gala eram comuns e deixavam os alunos com ar dos oficiais da marinha: calças, paletó, camisa branca, gravata, quepe, talabarte, sapatos, gorros e chapéus compunham o fardamento escolar. O traje social para os meninos, na maioria das vezes, fazia-se por meio de túnicas fechadas ou paletós. O uso do uniforme também se fazia por peças mais simples, “as meninas usavam vestidinho e os meninos calças curtas, alguns deles com terninhos sobre a camisa branca”. Os modelos mantinham uma sobriedade, ou seja, comedimento e moderação (LONZA, 2005, p.83).

Pelas descrições de Lonza (2005), a materialidade dos uniformes produzia um sentido de sobriedade e moderação na produção do aluno daquele período. Os alunos do início do século XXI, recorte temporal desta pesquisa, participam de um outro momento histórico. Um contexto de ampliação das globalizações, das inclusões e da garantia dos direitos humanos, mas também da permanência das diferenças sociais e da fluidez de seus produtos e relações (BAUMAN, 2016; BOBBIO, 2004). O aluno desejado é “criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável” (BRASIL, 2013, p. 14).

O que se espera é que sejam “sujeitos inventivos [...] cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e, ao mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida” (BRASIL, p. 16, 2013). O uniforme participa da produção de um outro aluno, segundo Lonza:

Com a democratização do ensino, a escola é convidada a experimentar o novo, assim, as peças únicas e exclusivas dão lugar às novas concepções de moda. O fardamento, os sapatos pregais e os vestidos passam a ser substituídos pelo jeans, a camiseta, calça legg e a bermuda (2005, p.224).

A liberdade de vestir talvez tenha sido a principal expressão da moda no final do século XX e início do XXI. O traje mais despojado e as roupas esportivas assumiram as bases de uma moda mais democrática. Com a produção em larga escala, a moda tornou-se mais acessível, a massificação das peças e a variação nos tecidos trouxeram novas linguagens ao vestuário: o largo, mais justo, mais curto, mais longo, leve, colorida e unissex.

Foi na década de 80 que, através do uso da helanca e do moletom, a saia, a gravata, o sapato preto e a camisa foram deixados de lado e substituídos definitivamente pelos agasalhos tipo esportivo, gosto Trainings, que oferecia um conforto excepcional e liberdade de movimentos [...] A grande novidade era que o uniforme podia ser unissex (LONZA, 2005, p.197).

Lonza permite refletir que o clima de liberdade dos anos de 1980 também foi experimentado nos uniformes. O tecido de helanca e o moletom trouxeram a possibilidade de se movimentar sem restrições. Com o aperfeiçoamento das técnicas e com as novas demandas sociais, foram criados tecidos com texturas, cores e conforto diferenciados.

No final do século XX, os uniformes que vestiam os alunos, constituíam-se em um modelo esportivo e saudável: as roupas eram bastante despojadas, priorizava o conforto, praticidade e uma estética jovem e bonita, na qual permitia aos alunos total liberdade de movimento, além de várias opções de modelo (LONZA, 2005, p. 201).

A nova proposta de uniforme para os alunos do final do século XX possibilita deixá-los à vontade. Para um aluno que se deseja participativo, o sentir-se à vontade é um elemento importante. O uniforme é feito por roupas mais versáteis, mais flexíveis e mais despojadas, produzindo um sentido que seus usuários também o seriam.

A história do uniforme de Maringá se alia às reflexões de Lonza (2005), à medida que se observa que sua obrigatoriedade se produziu, num primeiro momento, com o sentido de versatilidade, praticidade e conforto. Isso pode ser identificado nos três modelos apresentados pelo uso da camiseta. Posteriormente, o despojamento dos trajes pode ser identificado no modelo assumido a partir de 2006. Os agasalhos desenhados com modelos distintos para meninas e meninos trazem elementos da moda, mas também uma praticidade e uma estética jovem e bonita. O modelo feminino era composto por uma jaqueta de gola alta com mangas em modelo *evasê*, acompanhadas de recorte nas cores verde claro e verde musgo, o detalhe de um zíper destacável na cor dourada e uma calça *fler* com recorte nas mesmas cores da manga, em tecido de helanca. O modelo masculino composto por uma jaqueta de gola alta, de manga reta e possui um recorte na cor verde. O zíper é também destacado na cor dourada, o diferencial está na modelagem que traz a moda masculina em corte reto e detalhe de recorte na perna esquerda.

Que sentido essa aparência pode produzir? A estética jovem e moderna produz a ideia de um sujeito alinhado ao seu tempo e às ideias de progresso. No contexto do final do século XX, a ideia de sujeitos criativos, inventivos, abertos ao novo, cooperativos, preparados para as mais diversificadas inserções e capazes de intervir e de problematizar são expectativas criadas em torno do aluno. Este é o aluno desejado que a aparência intenciona produzir.

Por outro lado, o debate educacional brasileiro do início do século XXI se alia ao combate a qualquer forma de exclusão. O preconceito exclui. Numa sociedade feita de diferenças sociais alarmantes, o uniforme possui um sentido de igualização. O depoimento de uma estudante de 14 anos de uma escola de subúrbio americana, embora trate de um contexto de outro país, auxilia a refletir sobre as marcas das diferenças sociais encontradas no modo de se vestir dentro daquela escola.

Existem três tipos de crianças em nossa escola. As crianças ricas que vestem *jeans Guess* ou roupas da *The Limited*. Elas têm pais que dão cartão de crédito e os usam para conseguirem o que quiserem. Elas têm que ir ao banheiro depois do almoço para refazer a maquiagem. Elas têm sete relógios *Swatch*, um para cada dia da semana. O cabelo delas é ondulado ou enrolado em uma onda. Em casa elas têm cama d'água. As crianças das classes mais baixas não se vestem tão bem. Elas não se penduram ano redor (Sic) de grupos *mais frios*. Elas fazem muitas brincadeiras. Elas podem ter estilos do *The Limited* mas você sabe que as roupas foram compradas em lojas de departamento. A classe mais baixa desta escola tem mais dinheiro do que as crianças das escolas públicas, mas não se vestem bem nem agem direito. As crianças de classe média têm dinheiro e se vestem melhor. Não são realmente frias nem falam sobre si mesma como muitas crianças das classes inferiores (Engel, Blackwell, Miniard, 1995 *apud* Gilson Monteiro, 2009, p. 8-9).

Trata-se do depoimento de uma estudante. A descrição da aparência dos alunos permite refletir sobre a distinção produzida por ela. Neste delicado universo das aparências, esta é capaz de produzir maior respeitabilidade e inserção social, como pode ser observado nos argumentos levantados pela relatoria do Projeto de Lei 2728/2007, na defesa do uso do uniforme no Brasil.

Num país de tão grandes desigualdades sociais como o nosso, onde nem sempre os pais têm condições de arcar com os custos de manutenção dos filhos na escola, a padronização dos alunos trazida pelo uniforme escolar, nem sempre bem compreendida por alguns, é, no nosso entendimento, fundamental para a inserção dos estudantes mais carentes, tornando-os parte do grupo (BRASIL, 2007, p.8).

A padronização produzida pelo uniforme pode servir como um mecanismo de equalização das aparências e inserção dos alunos. O que pode ser refletido a partir disso? A literatura tem destacado que a promoção dessa igualdade, que se insere em meio às práticas escolares, é ilusória e idealística, no entanto “as roupas podem dizer pouco, mas a questão dos uniformes escolares ilustra, em diferentes momentos, com argumentos variados, o estreito caminho no qual se tenta promover alguma igualdade na vida escolar” (SILVA, 2016, p. 720). Sem os uniformes, as diferenças socioeconômicas ficariam mais nítidas e a origem social mais evidente. Instaurar práticas de minimização das diferenças na vida escolar alerta para a complexidade das relações que ali se estabelecem. O não acirramento das diferenças sociais no convívio escolar é um elemento da cultura brasileira e que se manifesta no espaço escolar. Outros países fizeram opções diferentes do Brasil, como os Estados Unidos e a França, por exemplo.

Pretende-se encaminhar a reflexão para o fato de que, se materialidade educa e contribui para a produção social do aluno, o que este fenômeno social pode dizer? É possível inferir que o uso do uniforme contribua para uma prática menos discriminatória, tanto na relação entre os alunos como entre professores e alunos. O asseio físico e a produção de uma boa aparência podem provocar uma melhor aceitação do outro e de suas diferenças. É possível compreender a busca de uma prática de não discriminação como uma formação para a cidadania, na qual o direito de todos é reconhecido como princípio básico da vida, conforme apregoado pela Constituição Federal (1988). Embora esta prática gere o seu contrário, o apagamento das individualidades.

O aluno como categoria social agrega sujeitos e os homogeneiza. Contudo, os sentidos atribuídos ao aluno são históricos e a materialidade do uniforme possibilita desvelar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, a proposta era analisar o significado do uniforme na produção do que é ser aluno no período de 1999 a 2006. Recorreu-se à moda para identificar significados e transformações no traje das escolas municipais de Maringá (1999-2006), acompanhada de variações e permanências.

De acordo com os dados encontrados, foi possível observar que o primeiro modelo de uniforme obrigatório criado em Maringá, baseado na lei de obrigatoriedade (1999), foi a camiseta com emblema da própria escola e esta coordenava a sua confecção. Em relação às cores, a novidade do uniforme foi o emblema que recebiam as camisetas brancas. O primeiro símbolo utilizou o nome da instituição e da Secretaria de Educação Municipal de Maringá. Neste período, a exigência era apenas do uso da camiseta branca com emblema. Foi identificada a dificuldade, pelas famílias, em adquirir a camiseta, então, ela foi custeada pela prefeitura apenas para as crianças de famílias com baixo poder aquisitivo.

O segundo modelo também foi marcado pelo uso da camiseta, contudo, a padronização da peça feita de gola redonda em tecido de ribana e malha com a inserção de recortes nas mangas e laterais da peça, além da substituição dos nomes das escolas por uma única *logo*: a bandeira do município. Neste período, foi mantido o uso exclusivo das camisetas com emblema, a qual se configurou em uma peça versátil. As cores, amarela, vermelha e branca, aparecem nos modelos de uniforme padronizado, em menção às cores da bandeira, que são o amarelo, representando a “força”, vermelho, a “coragem”, e o branco, a “paz” (Maringá, 1964).

O terceiro modelo, a coleção criada em 2005, desejou expressar mudanças, inovações, a inserção de novas peças, cores e modelos. Ele priorizou o que tinha de mais moderno, com novas cores, novos modelos e novos tecidos. A mudança do uniforme verde, visualmente, destacou-se. O atrelamento à moda tornou-se visível, um concurso com um desfile dos modelos com direito à passarela, a produção de peças diferentes para meninos e meninas, marcando um novo estilo, uma nova cor e um novo design.

A literatura destaca que as interferências da moda nos uniformes escolares sempre existiram em cores e tecidos, afirmando que os uniformes escolares se configuram em roupas clássicas e, até mesmo, atemporais, no sentido de que, independentemente do tempo, o modelo permanece em uso (MALLMON, 2014). Contudo, a ideia de uniforme atemporal não se aplica ao início do século XXI, ao menos no município de Maringá, em que um modelo mais despojado, é criado. A produção de uma aparência moderna pode ser interpretada como o desejo de se representar como desenvolvido e avançado e, no caso de Maringá, à ideia de progresso e crescimento do município.

Por outro lado, ao incluir todas as peças de um traje, como agasalho de inverno, camiseta, calça, shorts, shorts-saia e tênis, o uniforme produziu uma mudança visual significativa nos alunos. Ocorreu uma maior padronização das vestimentas e uma maior homogeneização da aparência dos alunos.

O novo modelo de uniforme de 2006 ainda permite refletir sobre a questão das identidades de gênero. Mesmo que ele continue ensinando modos específicos de feminilidade e de masculinidade, os modelos desenvolvidos para ambos os sexos foram projetados para proporcionar uma mesma liberdade de movimento. As peças de modelo unissex (calça, camiseta e bermuda), também nos modelos femininos (shorts saia), asseguram o mesmo direito de movimento para ambos os sexos. A liberdade de movimentos que a menina pode ter pode dizer muito sobre o contexto dos direitos da mulher no século XXI.

Quanto ao uso de símbolos, observa-se uma permanência nos modelos padronizados pelo município, o primeiro usou a bandeira do município e o segundo o brasão de armas da cidade. Tais usos podem estar atrelados ao desejo de uma formação que valoriza os sinais de uma cultura patriótica que intenciona ligar o sujeito à sua comunidade, no caso, à cidade de Maringá.

Destaca-se, ainda, que, embora o uso do uniforme tenha sido instituído por lei, isso não significou que todos fizeram uso dele todo o tempo. Existe uma passagem entre a prescrição e a utilização dos uniformes, isso implica considerar as operações realizadas pelos usuários no cotidiano escolar. No caso da realidade maringaense, o uso da camiseta com emblema fez parte do cumprimento da lei de obrigatoriedade e de uma estratégia para fomentar o sentimento de pertença do aluno à sua escola. Vale lembrar que “uma coisa são os decretos que descrevem

e regulamentam os uniformes nos mínimos detalhes, outra é a realidade do cotidiano, em que a aplicação dos textos esbarra constantemente nas necessidades práticas” (ROCHE, 2007, 232). Nas imagens observadas, muitos foram os alunos identificados sem o uso do uniforme. Por outro lado, o uso da camiseta branca foi observado, acenando para uma possível flexibilização, por parte da escola, no cumprimento da lei de obrigatoriedade.

A obrigatoriedade do uso do uniforme em escolas do Município de Maringá foi acompanhada pela sua aquisição e distribuição gratuita, pela prefeitura, a todos os alunos. No polêmico debate sobre a obrigatoriedade do uso do uniforme, a viabilidade econômica se coloca como um argumento para a sua não efetivação em todo o território nacional. Assim, é possível dizer que outras práticas foram instituídas em outros locais, muito diferentes das vivenciadas em Maringá.

No caso do município de Maringá, a obrigatoriedade do uso do uniforme veio acompanhada da criação de trajes mais despojados, assumindo a base de uma moda mais democrática. Quer dizer, criando a possibilidade de maior liberdade de movimentos e expressão corporal. Por outro lado, a estética jovem e moderna do novo modelo de 2006 produz um sentido de avanço, de progresso e de desenvolvimento. Esses sentidos se alinham ao perfil de aluno almejado para o século XXI, ou seja, um sujeito criativo, inventivo, capaz de intervir e de transformar a sua realidade. Este é o aluno que a aparência do uniforme procura produzir.

Por outro lado, é possível perceber um sentido de formação cidadã. A materialidade do uniforme, ao equalizar as aparências dos alunos, contribui para a produção de relações menos discriminatórias no interior da escola, tanto entre os alunos como entre professores e alunos. Este fato também pode remeter à ideia de uma maior inclusão e do aprendizado de uma formação cidadã.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BECK, Dinah Quesada. Uniformes escolares: delineando identidades de gênero. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas v. 14, n. 58, p. 136-150, jan. /2015. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640384/7943>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BONADIO, Maria Claudia. Prefácio. In: SIMILI, Ivana (Org.). **Indumentária e moda: caminhos investigativos**. Maringá: Eduem, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade líquida: entrevistado por Maria Lúcia Garcia Palhares-Burke. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 2003. Disponível em: Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei ordinária nº 2.728 de 2007. Institui a obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas, altera o art. 70 da Lei nº 9394/1996, e autoriza a criação pela união, do programa nacional de uniforme escolar. Arquivada por inadequação financeira. **Lex**: Diário da Câmara dos Deputados, p. 337, Poder Executivo, Brasília, DF, dez. 2007. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=535206&filename=PL+2728/2007>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei ordinária nº 3.174 de setembro de 1992. Determina que o modelo de fardamento escolar adotado nas escolas públicas e privadas não possa ser alterado antes de transcorrido cinco anos. **Lex**: Câmara dos Deputados, Poder executivo, Brasília, DF, 23 set.1992. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1140379&filename=Dossie%20PL%203174/1992&fbclid=IwAR0XMRpfZkuExfYUTH4ZWzhTbLB9H6VmkFMVodfpZz3EEHvUgEuNbfLQMhM. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei ordinária nº 3.199 de 2008. Torna obrigatória a inscrição gravada da bandeira nacional no uniforme das escolas públicas com a dimensão proporcional definida na lei nº 5.700/71. Arquivada por inadequação financeira. **Lex:** Diário da Câmara dos Deputados, p. 337, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 abr. 2008. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=551959&filename=PL+3199/2008>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de lei ordinária nº 3.327 de janeiro de 1992. Dispõe sobre o uso de uniforme escolar em estabelecimentos públicos de ensino pré-escolar e de primeiro e segundo graus. Arquivado por inadequação financeira. **Lex:** Diário da Câmara dos Deputados, p. 3.9014, Poder Executivo. Brasília, DF, 19 jan. 1992. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=557802&filename=PL+3327/2008>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras Providências. **Lex:** Câmara dos Deputados, Poder Executivo. Brasília, DF, 1 set. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/19701979/lei57001setembro197135357915-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 8.907, de 07 de julho de 1994. Determina que o modelo de fardamento escolar adotado nas escolas públicas e privadas não possa ser alterado antes de transcorrido cinco anos. **Lex:** Diário Oficial da União Seção 1 07/07/1994 p.10245 (publicação original), Coleção de Leis do Brasil 1.994 (publicação Original), Brasília, DF, v. 8, p. 2790, 07 jul. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8907.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro e Normas Correlatas**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/525763/codigo_civil.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 maio, 2019.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica / Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente. Lei 8.069 de 1990**: edição atualizada até outubro de 2017. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional 9.394 de 1996**: edição atualizada até março de 2017. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo**, séculos XV-XVIII. Rio de Janeiro: Lisboa, 1970.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

CALANCA, Daniela. **História social da moda**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2008.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CESUMAR. Centro Universitário de Maringá. Maringá In Moda escolhe uniforme escolar e do ESTAR. **Cesumar em Foco**, Maringá, n. 15, p. 11, 15 set. 2005.

CRANE, D. **A moda e seu papel social**. São Paulo: Senac, 2006.

FERREIRA, Aurélio, Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MASCHIO, José. Maringá: Câmara Municipal concede afastamento a Jairo Gianoto, investigado por Promotoria por desvio de dinheiro público. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 27 out. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2710200009.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FRAGO, Viñao, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios**. 2. ed. Madrid: Morata, 2002. Disponível em: <<https://bvhumanidades.usac.edu.gt/files/original/c0f4babca08440a5d322060296f9182c.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

_____. Historia de la educación y historia cultural. Possibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação. ANPED: Campinas. Set./dez. 1995, v 0, n 0**. p. 63-82. Disponível em: <http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GASPARIM, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

GODART, Frédéric. **Sociologia da moda**. São Paulo: Senac, 2010.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.1, n.1, p. 9-44, jan./jun. 2001. Disponível em:

<https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122509/mod_resource/content/0/Leituras/Dominique_Julia.pdf?fbclid=IwAR201uzRWy7NJZTwDXAkpADMWpQwQfvxwXpJE1vVhj_tPmWVUTJ-QmzzKU>. Acesso em: 16 jan. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. Ed. Campinas: Unicamp, 1990.

LINKE, Paula Piva. O vestuário e a cultura dos objetos. In: SIMILI, Ivana. et al. **Indumentária e moda: caminhos investigativos**. Maringá: Eduem, 2013.

LONDRINA. Gianoto toma café da manhã com alunos. **Folha de Londrina**. O jornal do Paraná. Londrina. 11 de fevereiro de 2000. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/gianoto-toma-cafe-da-manha-com-alunos-258046.html>> Acesso em: 10 nov. 2019.

LONZA, Furio. **História do uniforme escolar no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

MALLMANN, Ivone, Maria. **Uniforme escolar do Colégio Antônio de Estrela (RS): a moda entrelaçando a cultura escolar (1939-2005)**. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2015. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3507/1/Ivone%20Maria%20Mallmann.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Uniformes escolares enquanto produto da indústria da moda: para além da obrigatoriedade. **XANPED SUL**, Florianópolis, v.0, n. 0, p. 1-5, out./2014. Disponível em:<http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1802-0.pdf. Acesso em: 03 nov. 2018>.

MARCON, Mônica Andrea. **Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-200)**. Caxias do Sul:

Universidade de Caxias do Sul, 2010. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) disponível em:

<<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/512/Dissertacao%20Monica%20DAndrea%20Marcon.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MARINGÁ. Câmara Municipal de Maringá. Lei nº 4.816, de 09 de junho de 1999. Toma Obrigatório o Uso de Uniformes nas Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Lex: Leis Municipais. Maringá, jun. 1999. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/leiordinaria/1999/482/4816/leiordinarian48161999tomaobrigatorioousodeuniformenasescolasdaredemunicipaldeensino?q=USO+OBRIGATORIO+UNIFORME>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MARINGÁ, Câmara Municipal de Maringá. Estado do Paraná. Lei nº 4955, de 08 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a adoção de Escolas da Rede Pública Municipal por Empresas Públicas ou privadas. **Lex:** Leis Municipais. Maringá, dez. 1999. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/leiordinaria/1999/495/4955/leiordinaria-n-4955-1999-dispoe-sobre-a-adoacao-de-escolas-da-rede-publica-municipal-por-empresas-publicas-ou-privadas>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MARINGÁ, Paraná. Câmara Municipal de Maringá. Lei Orgânica do Município de Maringá. **Lex:** Leis Municipais. N. 58 Maringá, 2015 Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-maringa-pr>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

MARINGÁ, Prefeitura do Município de Maringá. Secretaria de Educação. **Currículo da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.** Maringá, 2012. Disponível em:

<<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/3c1871b9202b.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MARINGÁ, Paraná-Brasil. Secretaria de Educação. **Ensino:** Municipalização transfere estabelecimentos estaduais para município. Maringá, ago. 2007. Disponível em:

<<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=60e0ce667a5560&id=4847>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MARINGÁ. **Revisa Maringá ensina.** SEDUC, jan./fev. 2006, n. 1

MARINGÁ. **Revista Maringá ensina.** SEDUC, jul./ago./set. 2009c, n.12

MARINGÁ. **Revista Maringá ensina.** SEDUC, nov./dez./ jan. 2010a, n. 13

MARINGÁ. **Revista Maringá ensina.** SEDUC, fev./mar./ abr. 2010b, n 14

MARINGÁ, Prefeitura do Município de Maringá. Educação: Prefeito Silvio Barros entrega kit escolar hoje. **Maringá. Com.** Maringá, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.maringa.com/noticias/1527/Prefeito+Silvio+Barros+entrega+kit+escolar+hoje>>. Acesso em: 08 de outubro de 2019.

MILSTEIN, Diana; MENDES, Hector. **La escuela en el cuerpo:** estudios sobre el orden escolar y la construcción social de los alumnos en escuelas primarias. Madrid: Niño y Dávila, 1999.

MOLLO. Bouvier, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 26, n. 91, p.391-403, mai./ago. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 05 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos da criança.** Resolução n. L.44 (XLIV): Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, nov. 1989. Disponível em:

<https://www.unric.org/html/portuguese/humanrights/Crianca.pdf?fbclid=IwAR3Dhsl9uxVxdQSS6jaX-PgCyuOjjBNJ_OFxhajUELIAI15lxRje-hfk13g>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos das crianças. **Lex**. Fundo das Nações Unidas (UNICEF), Genebra, 02 nov. 1959. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PRANÁ, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Palácio do Governo. Casa Civil. Lei 7.962 de 22 de novembro de 1984. Proíbe a cobrança de taxas e contribuições nos estabelecimentos da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus e adota outras providencias. Sistema Estadual de Legislação. **Diário Oficial nº 1.914 de 23 de novembro de 1984**. Curitiba, 1984. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=7261&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original>> Acesso em: 20 jun. 2019.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Palácio do Governo. Casa Civil. Lei nº 14.361 de 19 de abril de 2004. Altera a Redação conforme especifica, da lei nº 7962 de 1984. **Lex**: Sistema Estadual de Legislação. Curitiba, 2004. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14361-2004-parana-altera-a-redacao-conforme-especifica-da-lei-no-7-962-84>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. et al. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 376-398.

REIS, Deyse. Moda: Uniforme da Moda. **O Diário do Norte do Paraná**: Um jornal a serviço da Cidadania, Maringá, 2005, Ano XXXII, n. 9.701, 24p. Caderno B 1, O diário Mix p. 4, 03 set. 2005

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária** (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Senac, 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAPIO, Gabriele. **A LDB e a Constituição Brasileira de 1988: os dois pilares da atual legislação educacional nacional**. Universidad del Museo Social Argentino, Buenos Aires, 19 nov. 2010. Disponível em: <http://www.iunib.com/revista_juridica/author/admin/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SCHEMES, Claudia; SILVA, Cristina Ennes; ARAUJO, Denise Castilhos de. A ressignificação do uniforme escolar na contemporaneidade: identidade e representação. **Cadernos do tempo presente**, São Cristóvão, v. 0, n.13, p. 49-59, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2670/2303>>. Acesso em: 05 out. 2018.

SCHOLL, Raphael Castanheira; JACQUES, Alice Rigoni. Vestidas de azul e branco: o feminino uniforme no Colégio Farroupilha de Porto Alegre (1950). **Revista Educação por Escrito-PUCRS**, Rio Grande do Sul, v. 3, n.1, p. 5-13, jul./2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/10988/8103>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

SERAFIM, Vanda Fortuna. O significado da indumentária para os orixás. In: SIMILI, Ivana (Org.). **Indumentária e moda: caminhos investigativos**. Maringá: Eduem, 2013.

SILVA, Katiene Nogueira. **Criança calçada, criança sadia!** Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública (1950/1970). São Paulo:

Faculdade de Educação – USP, 2006. 200 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde29062007152705/ptbr.php?fbclid=IwAR35v38Vt4SSs2mc9CQsRnSUbEhttAjLYyMa_bLVgAz0O_ENfjLoL0EMmxo>. Acesso em: 08 jan. 2018.

_____. Criança calçada, criança sadia! Sobre os uniformes escolares no período de expansão da escola pública paulista (1950/1970). **Dobras**: Associação brasileira de estudos de pesquisa em moda, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 74-81, dez. 2007. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/405/402>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

_____. Fantasias da igualdade: uniformes escolares e democratização do Brasil. **Cadernos de histórias de educação**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 700-722, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/issue/view/1376>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A

DESCRIÇÃO DE IMAGEM: ANÁLISE DO PRIMEIRO BLOCO DE FOTOGRAFIAS (1999-2001)

- Descrição da 1ª fotografia – Visita do Ex-Prefeito ao CAIC -1999

Quadro 1: Descrição de imagem

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (2), e (1) prefeito
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Telefone, taça, bandeja, papel, porta, mesa, banner
C) INDUMENTOS	Relógios, óculos, uniforme escolar, camiseta branca, camisa social
D) LOCAL E CONTEXTO	Quadra de esportes. No contexto de uma visita do então prefeito ao CAIC

Quadro 2: Dimensão do uso do uniforme

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	02
B) ALUNOS QUE FAZEM O USO DO UNIFORME	01

C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	01
-------------------------------	----

Quadro 3: Dimensão da Materialidade do Uniforme Escolar

2 - DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	Quantidade e descrição
A) ITENS DO UNIFORME	Camiseta
B) CORES DO UNIFORME	Branco
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de gola redonda em malha, com o emblema da escola
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha e ribana
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Nome da escola

- Descrição da 2ª e 3ª imagem – Uniformes dos Alunos do CAIC -1999

Quadro 4: Descrição de Imagem

1-DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	Quantidade e descrição
A) SUJEITOS	Aproximadamente (150) alunos, e (6) professores
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Violão, livros, cartazes, estantes

C) INDUMENTOS	Sapatos, chinelos, sandálias, tênis camisetas, rasteirinha, calças, bermudas, camisetas, blusinhas, uniforme escolar, óculos, relógio, tiara, amarrador e colar
D) LOCAL E CONTEXTO	Biblioteca. No contexto de uma apresentação escolar

Quadro 5: Dimensão do uso do uniforme

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	(Aproximadamente) 150
B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	(Aproximadamente) 12
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	(Aproximadamente) 113
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	(Aproximadamente) 20

Quadro 6: Dimensão da materialidade do uniforme

3- DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	Camiseta
B) CORES DO UNIFORME	Branco

C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda em malha, com o emblema da escola
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha e Ribana
A) SÍMBOLO DO UNIFORME	Nome da Escola

- Descrição da 4ª fotografia – Uniforme Escolar da Escola Diderot Alves-2001

Quadro 7: Descrição de imagem

1-DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (31) e (01) professora
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Porta frontal, janelas, lâmpadas, poste
C) INDUMENTOS	Camiseta branca com emblema da escola, camiseta amarela, camiseta branca, bermudas jeans, calças jeans, calça de moletom, calça de helanca, calça de sarja, tênis de várias cores neutras, sandálias e boné
D) LOCAL E CONTEXTO	Fachada frontal da Câmara Municipal de Maringá. No Contexto de uma visita pedagógica aos prédios de funcionamento dos três poderes

Quadro 8: Dimensão do uso do uniforme

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	31
B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	27
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	03
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	01

Quadro 9: Dimensão da Materialidade do uniforme

3 - DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	Camiseta
B) CORES DO UNIFORME	Branco
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda em malha, com o símbolo da escola
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha e Ribana
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Elementos da cultura escolar: livro ou caderno; equações de matemática

APÊNDICE B

DESCRIÇÃO DE IMAGEM: ANÁLISE DO SEGUNDO BLOCO DE FOTOGRAFIAS (2004-2005)

- Descrição da 5ª Fotografia Uniforme dos Alunos da Escola Diderot Alves – 2004

Quadro 10: Descrição de Imagem

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (18) e (01) professora (01) Orientadora Educacional
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Porta lateral, Janelas, mesas cadeiras, lousa, lâmpadas cortinas, cartaz, crachá, alfabeto, jornal
C) INDUMENTOS	óculos, arquinho, amarrador de cabelo, uniforme escolar, camiseta, bermuda, calça, blusinha, saia
D) LOCAL E CONTEXTO	Sala de aula. No contexto de apresentação e exposição de trabalhos dos representantes de turma

Quadro 11: Dimensão do uso do uniforme

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
3	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	18

B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	16
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	00
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	02

Quadro 12: Dimensão da materialidade do uniforme escolar

DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	CAMISETA
B) CORES DO UNIFORME	Branco, amarelo e vermelho
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda em malha, com recortes na manga e na lateral, com a logo padronizada
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha e Ribana
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Bandeira da cidade de Maringá

- Descrição da 6ª Fotografia Uniforme dos Alunos da Escola Nadyr Maria Alegretti -2004

Quadro 13: Descrição de Imagem

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO

A) SUJEITOS	Alunos (21) e (01) professora
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Caixa de luz, parede, piso
C) INDUMENTOS	Uniforme, camiseta, blusinha, bermuda, saia, calça, pulseiras, arquinho, amarrador de cabelo, colar e aliança
D) LOCAL E CONTEXTO	Sala de aula. Contexto não identificado

Quadro 14: Dimensão do uso do uniforme

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	21
B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	4
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	01
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	16

Quadro 15: Dimensão da materialidade do uniforme

3 - DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
4	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	CAMISETA

B) CORES DO UNIFORME	Branco, amarelo e vermelho
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda em malha, com recortes na manga e na lateral, com a logo padronizada
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha e Ribana
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Bandeira da cidade de Maringá

- Descrição da 7ª fotografia – Uniformes dos Alunos da Escola Diderot Alves-2005

Quadro 16: Descrição de imagem

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (10) e (01) professora
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Porta lateral, mesas, cadeiras, lousa, papel craft, tinta guache, pincel, crachás, copos descartáveis, crachá
C) INDUMENTOS	Uniforme, camiseta
D) LOCAL E CONTEXTO	Sala de aula. No contexto de registro de uma atividade pedagógica

Quadro 17: Dimensão do Uso do Uniforme

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	10

B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	9
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	00
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	00

Quadro 18: Dimensão da materialidade do uniforme

2 - DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	CAMISETA
B) CORES DO UNIFORME	Branco, amarelo e vermelho
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda em malha, com recortes na manga e na lateral, com a logo padronizada
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha e Ribana
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Bandeira da cidade de Maringá

APÊNDICE C

DESCRIÇÃO DE IMAGEM: ANÁLISE DO TERCEIRO BLOCO DE FOTOGRAFIAS (2005-2007)

- Descrição da 8ª fotografia- Escolha de Uniforme escolar pelo concurso Maringá In Moda - 2005

Quadro 19: Descrição de Imagem:

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (2), finalista do concurso (01) ex-diretor do curso de moda (01), coordenadora do concurso (01)
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Certificado, caderno, bola, colares, cinto, tablado, passarela
C) INDUMENTOS	Uniforme escolar, calças, camisas, blusinha
D) LOCAL E CONTEXTO	Ginásio de Esportes. No contexto de premiação do Concurso “Maringá In Moda”

Quadro 20: Dimensão do uso do uniforme:

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	02
B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	02
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	00

D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	00
---	----

Quadro 21: Dimensão da materialidade do uniforme:

DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	CAMISETA
B) CORES DO UNIFORME	Branco, verde claro, verde escuro e verde musgo
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda com recorte na lateral, calça, jaqueta com detalhes nas mangas e punhos
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha, Ribana e Helanca
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Bandeira da cidade de Maringá

- Descrição da 9ª e 10ª Fotografias – Escolha de Uniforme escolar pelo Concurso Maringá In Moda - 2005

Quadro 22: Descrição de imagem:

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (2), Jurados, e público

B) OBJETOS E ELEMENTOS	Caderno, passarela, microfone, bandeiras, telão de imagem, bola, livro ou caderno
C) INDUMENTOS	Uniforme escolar e tênis, (calças, camisas, blusinha, de cores variadas), do público
D) LOCAL E CONTEXTO	Ginásio de Esportes. No contexto de desfile do uniforme escolar

Quadro 23: Dimensão uso do uniforme:

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	02
B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	02
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	00
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	00

Quadro 24: Dimensão da Materialidade do uniforme escolar:

DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	CAMISETA
B) CORES DO UNIFORME	Branco, verde claro, verde escuro e verde musgo

C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda com recorte na lateral, calça bailarina com detalhes na barra, jaqueta com detalhes nas mangas e punhos
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha, Ribana e Helanca
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Brasão da cidade de Maringá

- Descrição da 11ª Fotografia - Alunos Uniformizados com os dois modelos de Uniformes - 2006

Quadro 25: Descrição de imagem:

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (13)
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Janelas, mesas e cadeiras, ventilador, alfabeto parede, armário, mochila, estojo, caderno
C) INDUMENTOS	Óculos, amarrador de cabelo, calça jeans, uniforme escolar: camiseta, bermuda, calça e jaqueta.
D) LOCAL E CONTEXTO	Sala de aula. É desconhecido o contexto da imagem

Quadro 26: - Dimensão uso do uniforme:

2 - DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO

A) TOTAL ALUNOS	13
B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	13
C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	00
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	00

Quadro 27: Dimensão da Materialidade do uniforme escolar:

DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	CAMISETA, CALÇA E JAQUETA
B) CORES DO UNIFORME	Branco, verde claro, verde escuro e verde musgo (primeiro uniforme padronizado). Branco, Vermelho e Amarelo (segundo uniforme padronizado)
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda com recorte na lateral. Calça modelo tipo skeytista, jaqueta unissex (segundo uniforme padronizado). Camiseta de Gola redonda, com recorte nas mangas e na lateral)
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha, Ribana (para os dois modelos de uniforme padronizado) e Helanca (apenas para o segundo modelo de uniforme padronizado)
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Bandeira do Município de Maringá (para o primeiro modelo de uniforme padronizado). Brasão da cidade de

	Maringá (para o segundo modelo de uniforme padronizado)
--	---

- Descrição da 12ª Fotografia- Alunos Uniformizados com modelo padronizado – 2007

Quadro 28: Descrição de Imagem:

1 -DESCRIÇÃO DE IMAGEM	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) SUJEITOS	Alunos (13)
B) OBJETOS E ELEMENTOS	Janelas, mesas e cadeiras, ventilador, alfabeto parede, armário, mochila, cartaz, tabuleiro do jogo de xadrez. Peças do jogo de xadrez
C) INDUMENTOS	Óculos, amarrador de cabelo, calça jeans, boné, blusa de frio, uniforme escolar: camiseta, calça e jaqueta
D) LOCAL E CONTEXTO	Sala de aula. No contexto de um campeonato de xadrez

Quadro 29: Dimensão uso do uniforme:

2 – DIMENSÃO DO USO DO UNIFORME	
3	
UNIDADES DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) TOTAL ALUNOS	13
B) ALUNOS QUE FAZEM USO DO UNIFORME	13

C) ALUNOS COM CAMISETA BRANCA	00
D) ALUNOS COM CAMISETAS DE CORES VARIADAS	00

QUADRO 30: Dimensão da Materialidade do uniforme escolar

4 - DIMENSÃO DA MATERIALIDADE DO UNIFORME ESCOLAR 5	
UNIDADE DE REGISTRO	QUANTIDADE E DESCRIÇÃO
A) ITENS DO UNIFORME	CAMISETA, CALÇA E JAQUETA
B) CORES DO UNIFORME	Branco, verde claro, verde escuro e verde musgo
C) MODELO DO UNIFORME	Camiseta de Gola Redonda com recorte na lateral. Calça modelo tipo skeytista, jaqueta unissex
D) TECIDO DO UNIFORME	Malha, Ribana e Helanca
E) SÍMBOLO DO UNIFORME	Brasão da cidade de Maringá